



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

# BOLETIM INFORMATIVO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

## 2.º TRIMESTRE DE 2017



Novembro de 2017



## FICHA TÉCNICA

---

**“Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 2.º Trimestre de 2017”**

é uma publicação da

**Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial**

Presença na Internet: [www.utam.gov.pt](http://www.utam.gov.pt)

---

Na capa: Painéis da Escadaria Nobre do Ministério das Finanças (1950-54), que representam “as atividades nacionais que concorrem para as finanças públicas”, da autoria do pintor Joaquim Rebocho.



## Índice

<b>1</b>	<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>ENQUADRAMENTO</b> .....	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA</b> .....	<b>10</b>
<b>3.1.</b>	<b>ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO</b> .....	<b>10</b>
<b>3.1.1.</b>	<b>Resultado Líquido</b> .....	<b>10</b>
<b>3.1.2.</b>	<b>Dívida Remunerada</b> .....	<b>13</b>
<b>3.1.3.</b>	<b>EBITDA</b> .....	<b>15</b>
<b>3.1.4.</b>	<b>Volume de Negócios</b> .....	<b>17</b>
<b>3.1.5.</b>	<b>Gastos Operacionais</b> .....	<b>19</b>
<b>3.1.6.</b>	<b>Prazo Médio de Pagamentos</b> .....	<b>23</b>
<b>3.2.</b>	<b>ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO</b> .....	<b>25</b>
<b>3.2.1.</b>	<b>Liquidez</b> .....	<b>25</b>
<b>3.2.2.</b>	<b>Rentabilidade</b> .....	<b>26</b>
<b>3.2.3.</b>	<b>Endividamento</b> .....	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2017</b> .....	<b>28</b>
<b>5</b>	<b>INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO</b> .....	<b>30</b>
<b>6</b>	<b>UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO</b> .....	<b>34</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>37</b>
<b>A.</b>	<b>EMPRESAS CONSIDERADAS</b> .....	<b>37</b>
<b>B.</b>	<b>SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA</b> .....	<b>39</b>

**Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Setores de atividade .....	9
Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade.....	11
Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade .....	13
Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade .....	15
Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade.....	18
Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade.....	20
Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade .....	22
Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2016 e junho 2017) .....	24
Tabela 9 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade.....	25
Tabela 10 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade.....	27
Tabela 11 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade.....	28
Tabela 12 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão .....	29
Tabela 13 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão a 30 de junho de 2017.....	29
Tabela 14 – Valor dos IGRF por setor de atividade (excluindo IGRF em processo de contencioso).....	31
Tabela 15 – Variação dos IGRF, por empresa (excluindo IGRF em processo de contencioso) .....	32
Tabela 16 – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade .....	33
Tabela 17 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade .....	35
Tabela 18 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade .....	36
Tabela 19 – Resultado Líquido por empresa .....	39
Tabela 20 – Endividamento por empresa .....	42
Tabela 21 – EBITDA por empresa .....	45
Tabela 22 – CMVMC por setor de atividade .....	48
Tabela 23 – FSE por setor de atividade .....	48
Tabela 24 – Gastos com Pessoal por setor de atividade .....	49
Tabela 25 – Administração Pública: estatísticas descritivas .....	50
Tabela 26 – Agricultura e Pescas: estatísticas descritivas .....	50
Tabela 27 – Atividades Administrativas: estatísticas descritivas .....	51
Tabela 28 – Construção: estatísticas descritivas .....	51
Tabela 29 – Cultura: estatísticas descritivas .....	52
Tabela 30 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas.....	52
Tabela 31 – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas .....	53
Tabela 32 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas .....	53
Tabela 33 – Indústrias Transformadoras: estatísticas descritivas.....	54
Tabela 34 – Informação e Comunicação: estatísticas descritivas .....	54
Tabela 35 – Saúde: estatísticas descritivas .....	55
Tabela 36 – Transportes e Armazenagem: estatísticas descritivas.....	55



## Índice de Figuras

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido .....	12
Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: endividamento .....	14
Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA.....	16
Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios .....	19
Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais .....	21
Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (junho 2016 – junho 2017).....	23
Figura 7 – Distribuição do PMP em junho de 2017 .....	24
Figura 8 – Cumprimento dos objetivos de gestão para 2017, percentagem de empresas .....	30
Figura 9 – Variação das taxas EUR e USD .....	33
Figura 10 – Evolução de volatilidade implícita em <i>swaption</i> 5y5y ATM .....	34
Figura 11 – Centralização de disponibilidades por natureza de empresa .....	34





## 1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O “Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 2.º Trimestre de 2017” apresenta a informação económico-financeira que permite avaliar a evolução da situação financeira e patrimonial das empresas públicas durante o primeiro semestre de 2017. Recorreu-se à agregação das empresas públicas por setores de atividade de acordo com a Classificação de Atividades Económicas, sendo apresentados os indicadores mais importantes e a informação detalhada por empresa. A análise é feita em termos homólogos (isto é, por comparação com o final do segundo trimestre de 2016) ou por comparação com os valores no final de 2016, consoante a natureza dos indicadores em análise.

Nos primeiros seis meses de 2017 verificou-se um aumento do Resultado Líquido das empresas públicas em 160 milhões de euros (41%) face ao verificado no período homólogo, a par de um incremento do endividamento destas em cerca de 102 milhões de euros (0%), face ao final de 2016. O aumento do Resultado Líquido decorreu maioritariamente dos setores dos *Transportes e Armazenagem* (209 milhões de euros), tendo sido parcialmente compensado pelo decréscimo registado nos setores da *Saúde* (65 milhões de euros) e das *Empresas Financeiras* (34 milhões de euros). A empresa pública que teve o aumento mais significativo do Resultado Líquido face ao período homólogo foi a Metro do Porto, S.A., na ordem dos 90 milhões de euros. Quanto ao aumento do endividamento, o setor dos *Transportes e Armazenagem* teve o contributo mais importante, registando um incremento de 96 milhões de euros em relação ao final de 2016, com destaque para o contributo da Metro do Porto, S.A., em cerca de 182 milhões de euros.

O Volume de Negócios, pelo seu lado, foi ligeiramente superior ao registado no trimestre homólogo, com um aumento de 45 milhões de euros (1%). O incremento do volume de negócios foi acompanhado por um aumento dos Gastos Operacionais em 83 milhões de euros (2%), o qual se ficou a dever sobretudo ao setor da *Saúde*, cujos Gastos Operacionais aumentaram 129 milhões de euros (5%) face ao período homólogo. Nove das dez empresas que mais aumentaram os seus gastos operacionais são deste Setor. Decorrente da evolução descrita, o EBITDA melhorou 79 milhões de euros face ao valor homólogo e a rentabilidade dos capitais próprios<sup>1</sup> de 0,4% para 0,8%.

O Prazo Médio de Pagamentos para o conjunto das empresas analisadas aumentou, em termos médios<sup>2</sup>, no segundo trimestre, situando-se no final de junho em 72 dias, mais seis dias do que em junho do ano anterior.

No que respeita aos objetivos de gestão para o ano de 2017<sup>3</sup>, refira-se que a atividade desenvolvida até ao final de junho deste ano indicia que 75% das empresas públicas

---

<sup>1</sup> Calculada apenas para as empresas com capitais próprios positivos.

<sup>2</sup> Isto é, a média para o conjunto das empresas tratadas no presente Boletim do valor do Prazo Médio de Pagamentos.



cumprem as instruções relativas à redução do endividamento, 34% as respeitantes ao aumento do EBITDA, 40% cumpriram os objetivos referentes aos Gastos Operacionais, e 51% cumpriram o objetivo de redução do seu Prazo Médio de Pagamentos.

No segundo trimestre de 2017 deu-se a uma variação positiva, de cerca de 56 milhões de euros, da carteira de Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro do Setor Empresarial do Estado (SEE). Refira-se, para este efeito, a melhoria da sua valorização (MtM) em cerca de 120 milhões de euros, compensada parcialmente pelo *cash flow* negativo em cerca de 64 milhões de euros.

Finalmente, no que respeita à Unidade de Tesouraria do Estado, saliente-se o acréscimo das disponibilidades financeiras do SEE depositadas na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (IGCP) de 1,4 mil milhões de euros no final do segundo trimestre de 2016 para 1,7 mil milhões de euros no final do segundo trimestre de 2017. Assim, a taxa de centralização de fundos junto da IGCP aumentou de 86% no final de 2016 para 92% no final do segundo trimestre de 2017.

---

<sup>3</sup> Os objetivos de gestão das empresas públicas são fixados para o conjunto do ano, sem desagregação trimestral. A UTAM faz a sua análise considerando um padrão regular de evolução ao longo do ano, o que não tem necessariamente que corresponder ao padrão resultante da normal atividade da empresa. Na medida em que tal aconteça e que, portanto exista um padrão sazonal de evolução, podem verificar-se desvios sistemáticos (positivos ou negativos) entre os valores trimestrais e o valor atingido em final de ano. Estes valores devem, portanto, ser interpretados com alguma prudência, exceto no que respeita ao do quarto trimestre.



## 2 ENQUADRAMENTO

O presente Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado (SEE), referente ao primeiro semestre de 2017, considera as empresas públicas que até ao último dia útil do mês de outubro<sup>4</sup> tinham inserido no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), as demonstrações financeiras e demais informação económica à data de 30 de junho consideradas necessárias para a elaboração do mesmo<sup>5</sup>.

Os setores de atividade considerados neste Boletim foram definidos tendo em conta a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas – Revisão 3 (CAE)<sup>6</sup>, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, tal como apresentado na tabela seguinte.

**Tabela 1** – Setores de atividade

Setor	Secção da CAE	Designação da CAE
Administração Pública	O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
Agricultura e Pescas	A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
Atividades Administrativas	N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
Construção	F	Construção
Cultura	R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
Empresas Financeiras	K	Atividades financeiras e de seguros
Empresas Imobiliárias	L	Atividades imobiliárias
Gestoras de Património	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
Indústrias Transformadoras	C	Indústrias transformadoras
Informação e Comunicação	J	Atividades de informação e de comunicação
Saúde	Q	Atividades de saúde humana e apoio social
Transportes e Armazenagem	H	Transportes e armazenagem

No Anexo A encontram-se elencadas, por setor de atividade, as 85 empresas do SEE consideradas neste Boletim.

<sup>4</sup> A data limite para as empresas inserirem os dados da execução do segundo trimestre de 2017 era 31 de julho de 2017. Ainda assim, foram consideradas todas as empresas que inseriram os seus dados até ao dia 31 de outubro. Foi assim tratada informação referente a 85 empresas.

<sup>5</sup> Foram utilizados os Balanços previsional e de execução trimestral referentes ao segundo trimestre de 2017, o Balanço de execução trimestral do último trimestre de 2016, as Demonstrações de Resultados previsional e de execução do segundo trimestre de 2017 e do trimestre homólogo, bem como o Prazo Médio de Pagamentos. Procedeu-se à correção de alguns dados e à exclusão de outros cuja validade não foi possível comprovar, pelo que o conjunto das empresas consideradas em cada vertente da análise pode variar.

<sup>6</sup> Que pode ser consultada no sítio na internet do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, em <http://www.sicae.pt/>.



### 3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Nesta secção é apresentado o desempenho operacional e financeiro das empresas públicas, agrupadas em setores de atividade. Foram consideradas duas vertentes de análise:

- a) Cálculo de desvios face à previsão<sup>7</sup>, de forma a avaliar a implementação dos Planos de Atividades e Orçamentos por parte das empresas públicas. Procedeu-se à comparação entre a previsão relativa ao segundo trimestre (2017P nas tabelas abaixo) e o valor executado no mesmo período (2017E nas mesmas tabelas), para cada um dos indicadores considerados;
- b) Avaliação da evolução face ao ano anterior, comparando-se o valor executado até ao segundo trimestre de 2017 com o verificado no período de referência<sup>8</sup>.

#### 3.1. ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

##### 3.1.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido das empresas públicas no primeiro semestre de 2017 foi negativo em aproximadamente 234 milhões de euros, valor superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 104 milhões de euros (31%). Saliente-se também o acréscimo de 41%, cerca de 160 milhões de euros face ao reportado no mesmo período de 2016. A tabela seguinte apresenta o Resultado Líquido realizado pelas empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

---

<sup>7</sup> Por previsão entendem-se os valores constantes dos Planos de Atividades e Orçamentos das empresas públicas, aprovados ou propostos e inseridos em SIRIEF. Quando os valores se referem apenas ao final do ano, para obter os desvios de previsão (para o segundo trimestre) assumiu-se uma evolução constante das rubricas ao longo do ano.

<sup>8</sup> Considerou-se o segundo trimestre de 2016 para análise de indicadores da Demonstração de Resultados (fluxos) e o final do exercício de 2016 para a análise de indicadores do Balanço (*stocks*).

**Tabela 2** – Resultado Líquido por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução (2017E) [1]	Previsão (2017P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	19.770	22.390	-2.621	-12%	12.271	7.498	61%	
Agricultura e Pescas	1.105	631	474	75%	360	745	207%	
Atividades Administrativas	497	-83	579	701%	401	95	24%	
Construção	-2.027	-9.072	7.046	78%	-9.480	7.453	79%	
Cultura	5.596	1.314	4.282	326%	3.554	2.042	57%	
Empresas Financeiras	41.160	-31.892	73.052	229%	75.536	-34.376	-46%	
Empresas Imobiliárias	14.057	9.526	4.531	48%	15.590	-1.534	-10%	
Gestoras de Património	-22.335	-7.624	-14.711	-193%	-54.085	31.749	59%	
Indústrias Transformadoras	11.499	7.185	4.314	60%	10.127	1.372	14%	
Informação e Comunicação	1.273	1.658	-384	-23%	290	983	338%	
Saúde	-271.144	-175.155	-95.989	-55%	-206.295	-64.849	-31%	
Transportes e Armazenagem	-33.660	-156.630	122.970	79%	-242.721	209.061	86%	
<b>Total</b>	<b>-234.209</b>	<b>-337.753</b>	<b>103.543</b>	<b>31%</b>	<b>-394.452</b>	<b>160.242</b>	<b>41%</b>	

O setor dos *Transportes e Armazenagem* registou o maior aumento do Resultado Líquido, em torno de 209 milhões de euros, sendo que o maior contributo resulta da evolução registada pelo Metro do Porto, S.A. (Metro do Porto). O setor das *Gestoras de Património* apresentou o segundo maior acréscimo do Resultado Líquido em relação ao registado no período homólogo, na ordem dos 32 milhões de euros, tendo sido a AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A. (AdP) responsável por mais de metade desse aumento.

Quanto ao desvio de previsão face aos orçamentos das empresas, o Resultado Líquido do setor dos *Transportes e Armazenagem* superou a previsão em cerca de 123 milhões de euros tendo sido o setor com maior desvio positivo, em termos absolutos. Por outro lado, o setor da *Saúde* registou o maior desvio de previsão negativo face ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas, cerca de 96 milhões de euros, em termos absolutos. Foi também este o setor com o maior decréscimo no primeiro semestre de 2017 face ao período homólogo, de aproximadamente 65 milhões de euros.

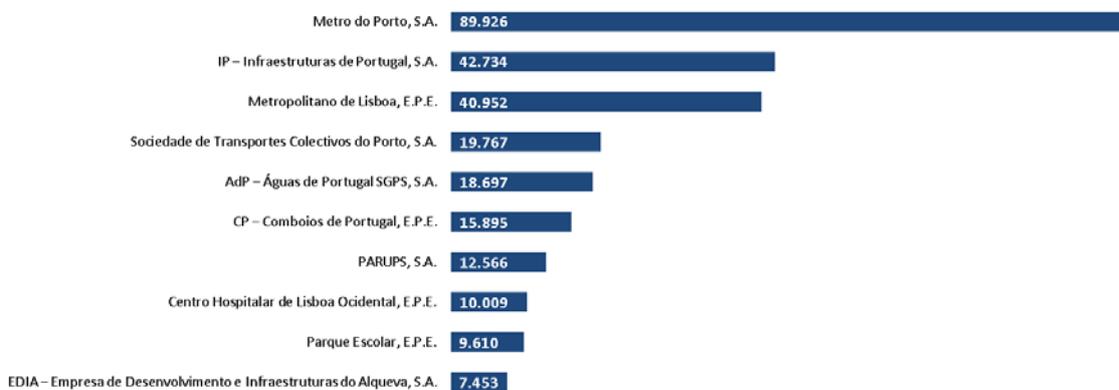
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do Resultado Líquido no primeiro semestre de 2017, face ao período homólogo.

**Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido**

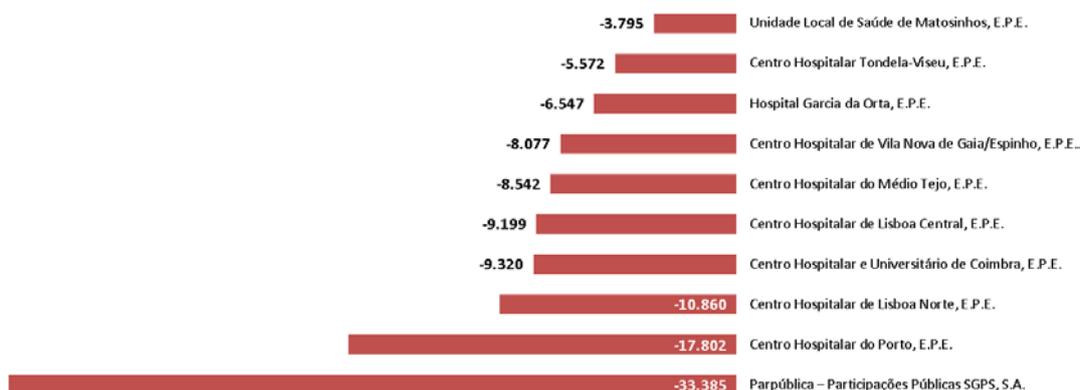
Unidade: Milhares de euros

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior acréscimo do Resultado Líquido

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior decréscimo do Resultado Líquido



Fonte: SIRIEF

No caso da Metro do Porto, a melhoria do Resultado Líquido deveu-se à evolução do EBITDA que apresenta um acréscimo de cerca de 94 milhões de euros, evolução essa explicitada com maior detalhe na secção 3.3; parte desse aumento foi atenuado pelo decréscimo dos Resultados Financeiros em aproximadamente 5 milhões de euros. Note-se que, apesar desta evolução, a empresa apresentou um Resultado Líquido negativo em cerca de 34 milhões de euros. A melhoria significativa do Resultado Líquido da IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) face ao período homólogo, deveu-se também em grande parte à melhoria do EBITDA, em cerca de 19 milhões de euros, explicitada com maior detalhe na secção 3.3. No que se refere ao Resultado Financeiro assistiu-se também a uma melhoria de cerca de 35 milhões de euros, face ao mesmo período em 2016, por via do decréscimo dos juros e gastos similares suportados. Parte do acréscimo descrito foi compensada pelo aumento do imposto sobre o rendimento do período em cerca de 9 milhões de euros.

Em sentido contrário, note-se que de entre as dez empresas com o maior decréscimo do Resultado Líquido contam-se nove empresas do setor da *Saúde*. Ainda assim, o maior decréscimo do indicador face ao período homólogo foi registado pela Parpública –



Participações Públicas SGPS, S.A. (Parpública), de aproximadamente 33 milhões de euros. Esta diminuição deveu-se ao decréscimo do EBITDA, explicitado com maior detalhe na secção 3.3. Saliente-se também a melhoria dos resultados financeiros da empresa em cerca de 8 milhões de euros, por via da redução dos juros e outros gastos similares suportados.

O Resultado Líquido por empresa pode ser consultado na Tabela 19 do Anexo B.

### 3.1.2. Dívida Remunerada

O endividamento<sup>9</sup> das empresas públicas no final do segundo trimestre de 2017 permaneceu essencialmente inalterado, com uma variação próxima de 0% face ao registado no final do exercício de 2016. Ascendeu assim a cerca de 30,6 mil milhões de euros, valor superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 4,8 mil milhões de euros, ou seja, 19%.

A tabela seguinte apresenta o nível de endividamento das empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

**Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução (2017E) [1]	Previsão (2017P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	1.408.044	1.513.554	-105.510	-7%	1.433.028	-24.983	-2%
Agricultura e Pescas	0	0	0		0	0	
Atividades Administrativas	60.049	63.723	-3.675	-6%	58.940	1.109	2%
Construção	675.819	681.338	-5.518	-1%	690.804	-14.985	-2%
Cultura	936	702	234	33%	936	0	0%
Empresas Financeiras	3.710.893	3.698.889	12.005	0%	3.700.772	10.121	0%
Empresas Imobiliárias	240.782	276.870	-36.089	-13%	246.285	-5.503	-2%
Gestoras de Património	5.408.360	5.389.708	18.652	0%	5.378.012	30.348	1%
Indústrias Transformadoras	0	0	0		0	0	
Informação e Comunicação	123.341	112.336	11.005	10%	112.693	10.648	9%
Saúde	0	60	-60	-100%	0	0	
Transportes e Armazenagem	18.980.247	14.038.443	4.941.804	35%	18.884.570	95.678	1%
<b>Total</b>	<b>30.608.471</b>	<b>25.775.623</b>	<b>4.832.849</b>	<b>19%</b>	<b>30.506.039</b>	<b>102.432</b>	<b>0%</b>

Fonte: SiRIEF

O maior desvio de previsão face aos orçamentos das empresas verificara-se no setor dos *Transportes e Armazenagem*, cujo endividamento foi superior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 4,9 mil milhões de euros, decorrente essencialmente do desvio de previsão registado pela IP, de cerca de 3,9 mil milhões de euros<sup>10</sup>. Já o setor da

<sup>9</sup> Entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

<sup>10</sup> Este desvio decorre essencialmente do adiamento da conversão de créditos em capital, operação inicialmente prevista para o primeiro trimestre de 2017.

*Administração Pública* apresenta um nível de endividamento inferior ao previsto nos respetivos orçamentos em 106 milhões de euros.

No que respeita à evolução face ao final de 2016, o maior acréscimo foi apresentado pelo setor dos *Transportes e Armazenagem*, com um aumento de aproximadamente 96 milhões de euros. Por outro lado, o setor da *Administração Pública* registou a maior diminuição do seu nível de endividamento, em cerca de 25 milhões de euros.

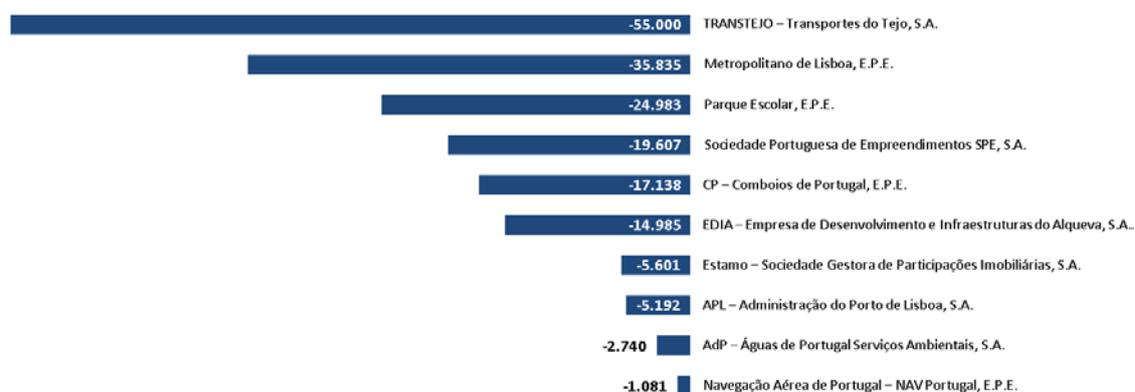
A figura que se segue ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do endividamento até ao final do segundo trimestre de 2017, face ao final do ano de 2016.

**Figura 2** – Desempenho das empresas públicas: endividamento

Unidade: Milhares de euros

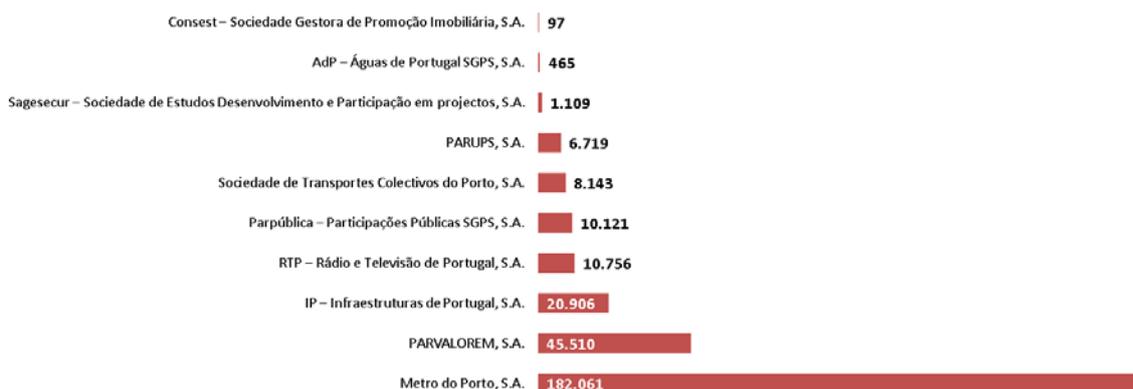
### RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo do Endividamento



### RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Endividamento



Fonte: SIRIEF

O maior decréscimo de endividamento no primeiro semestre de 2017, de cerca de 55 milhões de euros, foi registado pela TRANSTEJO, Transportes do Tejo, S.A. (TRANSTEJO). A segunda maior redução de endividamento foi registada pela Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Metro de Lisboa) em aproximadamente 36 milhões de euros, que se explica em parte pela amortização de financiamentos concedidos pelo BEI.



O maior aumento de endividamento nos primeiros seis meses de 2017, próximo de 182 milhões de euros, foi registado pela Metro do Porto. Este aumento decorre de uma operação de financiamento celebrada com a DGTF no primeiro semestre. Note-se ainda o acréscimo de endividamento registado pela PARVALOREM, S.A. (PARVALOREM), de aproximadamente 46 milhões de euros.

O endividamento por empresa pode ser consultado na Tabela 20 do Anexo B.

### 3.1.3. EBITDA

O EBITDA das empresas públicas ascendeu a cerca de 521 milhões de euros no final de junho de 2017, um acréscimo na ordem dos 79 milhões de euros (18%) face ao período homólogo, superior ao expresso nos orçamentos das empresas em aproximadamente 96 milhões de euros (22%). O EBITDA das empresas públicas foi o apresentado na tabela seguinte, por setor de atividade.

**Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução (2017E) [1]	Previsão (2017P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	62.105	71.194	-9.090	-13%	59.274	2.831	5%
Agricultura e Pescas	3.381	3.063	318	10%	2.648	733	28%
Atividades Administrativas	4.137	3.900	238	6%	4.126	11	0%
Construção	4.980	3.381	1.598	47%	5.211	-232	-4%
Cultura	6.073	3.483	2.590	74%	4.042	2.032	50%
Empresas Financeiras	128.944	48.355	80.589	167%	171.130	-42.186	-25%
Empresas Imobiliárias	21.816	18.326	3.490	19%	25.881	-4.064	-16%
Gestoras de Património	-9.873	-12.433	2.560	21%	-14.566	4.693	32%
Indústrias Transformadoras	17.898	12.277	5.621	46%	16.021	1.877	12%
Informação e Comunicação	6.514	4.698	1.816	39%	5.367	1.147	21%
Saúde	-207.728	-108.265	-99.463	-92%	-140.076	-67.652	-48%
Transportes e Armazenagem	483.736	378.486	105.250	28%	304.267	179.469	59%
<b>Total</b>	<b>521.982</b>	<b>426.466</b>	<b>95.516</b>	<b>22%</b>	<b>443.324</b>	<b>78.659</b>	<b>18%</b>

Fonte: SiRIEF

À semelhança do referido na secção 3.1, sobre o Resultado Líquido, o maior acréscimo do EBITDA foi também registado pelo setor dos *Transportes e Armazenagem*, em torno de 179 milhões de euros. Adicionalmente, o referido setor apresentou também o maior desvio positivo face aos orçamentos das empresas.

O maior desvio negativo face ao proposto nos orçamentos das empresas foi o apresentado pelo setor da *Saúde*, na ordem dos 99 milhões de euros. Este setor apresentou também o mais significativo decréscimo do EBITDA face ao período homólogo, na ordem dos 68 milhões de euros. A segunda maior redução, de cerca de 42 milhões de euros, foi registada pelo setor das *Empresas Financeiras*.

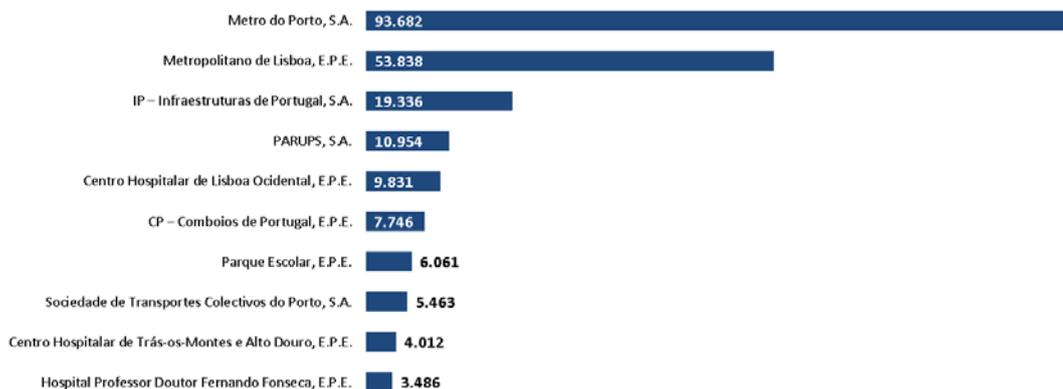
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do EBITDA no primeiro semestre de 2017, face ao período homólogo.

**Figura 3** – Desempenho das empresas públicas: EBITDA

Unidade: Milhares de euros

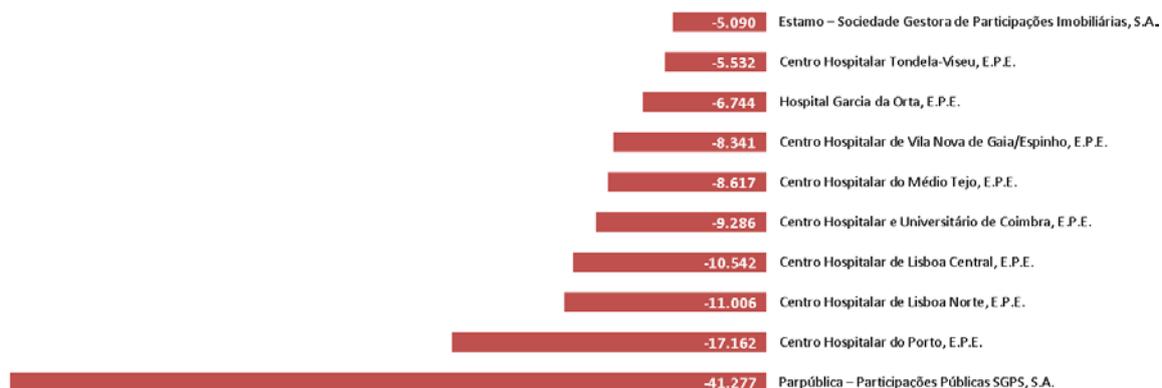
### RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do EBITDA



### RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo do EBITDA



Fonte: SIRIEF

A Metro do Porto registou no primeiro semestre de 2017 o maior acréscimo do EBITDA face ao mesmo período de 2016, de aproximadamente 94 milhões de euros. Tal deveu-se essencialmente a variações positivas no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados em cerca de 34 milhões de euros. Note-se que no mesmo período de 2016 a Metro do Porto registou variações negativas no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados de cerca de 24 milhões de euros. Assim, este efeito contribuiu com um aumento do EBITDA em aproximadamente 58 milhões de euros. Acresce o registo de uma reversão durante o semestre de cerca de 10 milhões de euros de provisões, ao contrário do ocorrido no período homólogo, em que foi registado um reforço de provisões que totalizavam cerca de 25 milhões de euros.



A Metro de Lisboa apresenta o segundo maior acréscimo do indicador em causa nos primeiros seis meses do exercício de 2017, de cerca de 54 milhões de euros. Este aumento resultou essencialmente de três fatores: i) da evolução da rubrica de aumentos/reduções de justo valor, que registou uma variação positiva de cerca de 30 milhões de euros face ao período homólogo; ii) da inexistência de acréscimos de provisões, ao contrário do ocorrido no período homólogo, em que foram registadas provisões que totalizavam cerca de 17 milhões de euros; e iii) da variação positiva do Volume de Negócios, de aproximadamente 6 milhões de euros. Note-se ainda a IP, que registou o terceiro maior incremento do indicador em causa, de cerca de 19 milhões de euros. Tal deve-se essencialmente ao acréscimo das Indemnizações Compensatórias próximo de 14 milhões de euros e de um ligeiro aumento do Volume de Negócios.

Em sentido contrário, e tal como referido aquando da análise das maiores variações do Resultado Líquido, note-se que de entre as dez empresas com o maior decréscimo do EBITDA contam-se oito empresas do setor da *Saúde*. Ainda assim, o maior decréscimo do indicador face ao período homólogo foi registado pela Parpública, de aproximadamente 41 milhões de euros. Esta diminuição deveu-se essencialmente a dois fatores: i) do registo de uma variação de justo valor positiva mas inferior à registada no período homólogo em cerca de 64 milhões de euros; e ii) da inexistência de imparidades (ou reversões de imparidades) de investimentos não depreciables/amortizáveis, enquanto no primeiro semestre de 2016 havia sido registada uma reversão de cerca de 28 milhões de euros. Parte deste decréscimo foi atenuado pelo aumento dos dividendos obtidos no primeiro semestre de 2017, face ao período homólogo, em cerca de 52 milhões de euros.

O EBITDA por empresa pode ser consultado na Tabela 21 do Anexo B.

#### **3.1.4. Volume de Negócios**

Até ao final de junho de 2017 o Volume de Negócios das empresas públicas foi de 3,5 mil milhões de euros, valor superior ao registado no período homólogo em aproximadamente 45 milhões de euros (1%), montante cerca de 26 milhões de euros abaixo do previsto nos orçamentos das empresas (1%). O Volume de Negócios para cada setor de atividade pode ser consultado na tabela que se segue.

**Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016		Δ (2017/2016)
	Execução (2017E) [1]	Previsão (2017P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	67.688	68.325	-637	-1%	67.673	15	0%
Agricultura e Pescas	13.732	13.834	-102	-1%	12.948	783	6%
Atividades Administrativas	3.817	3.817	-0	-0%	3.817	-0	-0%
Construção	10.740	10.364	376	4%	10.395	345	3%
Cultura	17.058	11.398	5.660	50%	14.622	2.436	17%
Empresas Financeiras	4.004	3.996	8	0%	4.264	-260	-6%
Empresas Imobiliárias	30.498	42.597	-12.099	-28%	83.979	-53.481	-64%
Gestoras de Património	27.496	17.967	9.529	53%	27.086	409	2%
Indústrias Transformadoras	44.633	44.970	-337	-1%	46.776	-2.143	-5%
Informação e Comunicação	113.234	60.934	52.300	86%	112.554	680	1%
Saúde	2.242.176	2.308.426	-66.251	-3%	2.170.786	71.390	3%
Transportes e Armazenagem	958.810	973.194	-14.385	-1%	933.981	24.828	3%
<b>Total</b>	<b>3.533.885</b>	<b>3.559.822</b>	<b>-25.938</b>	<b>-1%</b>	<b>3.488.882</b>	<b>45.003</b>	<b>1%</b>

Fonte: SiRIEF

O Volume de Negócios do setor da *Saúde* foi inferior ao previsto nos orçamentos das empresas em 66 milhões de euros. No entanto, o mesmo setor apresentou o maior acréscimo do indicador face ao período homólogo, num total de 71 milhões de euros. Em sentido contrário, o setor das *Empresas Imobiliárias* apresentou o maior decréscimo do Volume de Negócios, na ordem dos 53 milhões de euros.

A figura que se segue ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita do Volume de Negócios no primeiro semestre de 2017, face ao período homólogo.

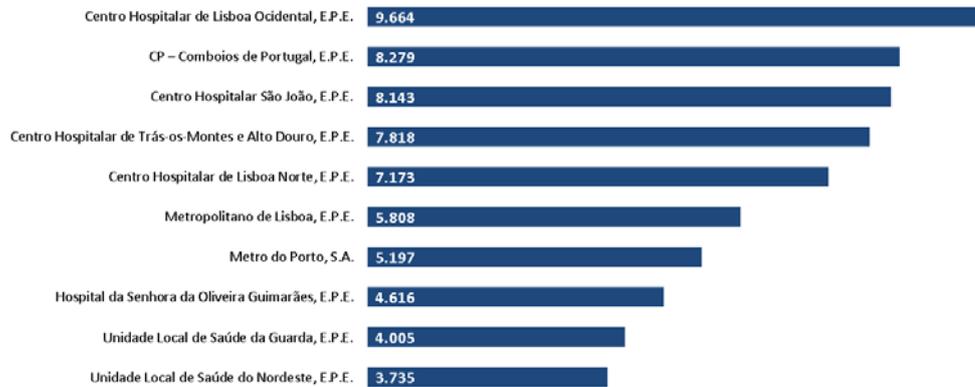
Note-se que entre as dez empresas com maior acréscimo do Volume de Negócios, sete pertencem ao setor da *Saúde*. Os aumentos mais significativos do Volume de Negócios foram registados pelo Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CH Lisboa Ocidental) e pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP). No caso da CP o acréscimo de cerca de 8 milhões de euros do Volume de Negócios deve-se essencialmente ao aumento das receitas relacionadas com o transporte de passageiros.

**Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios**

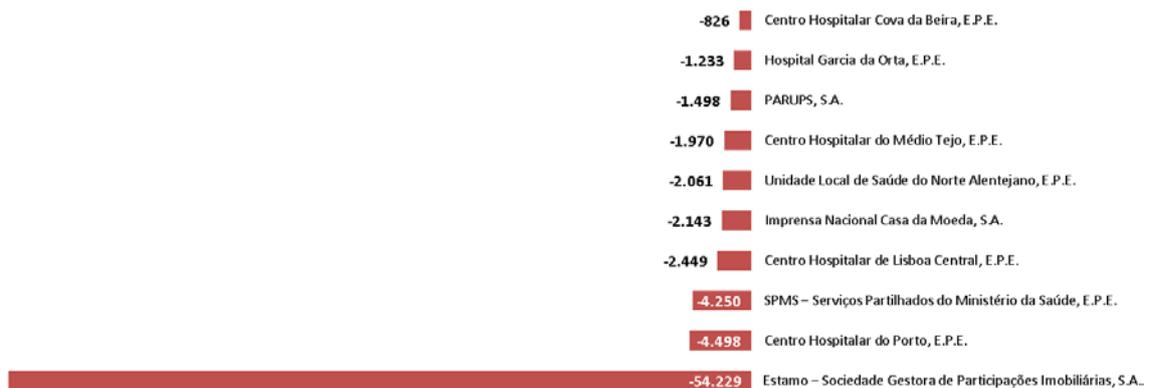
Unidade: Milhares de euros

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior acréscimo do Volume de Negócios

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior decréscimo do Volume de Negócios



Fonte: SÍRIEF

Em sentido contrário, o decréscimo de Volume de Negócios mais significativo foi registado pela ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliária, S.A. (ESTAMO), em cerca de 53 milhões de euros. A diminuição decorreu essencialmente da evolução das vendas de imóveis no primeiro semestre de 2017, face ao período homólogo, inferiores em cerca de 53 milhões de euros.

**3.1.5. Gastos Operacionais**

No primeiro semestre de 2017 os Gastos Operacionais<sup>11</sup> das empresas públicas totalizaram 3,5 mil milhões de euros, 83 milhões de euros acima do registado no período homólogo e em linha com a previsão registada nos orçamentos das empresas. A tabela seguinte apresenta os Gastos Operacionais para cada setor de atividade.

<sup>11</sup> Entende-se por Gastos Operacionais a soma dos CMVMC, dos FSE e dos Gastos com Pessoal.

**Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução (2017E) [1]	Previsão (2017P) [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	31.527	38.372	-6.845	-18%	30.291	1.236	4%
Agricultura e Pescas	14.799	15.122	-323	-2%	14.218	581	4%
Atividades Administrativas	16	13	2	17%	13	3	20%
Construção	8.683	13.446	-4.764	-35%	17.585	-8.902	-51%
Cultura	23.026	24.198	-1.172	-5%	21.021	2.004	10%
Empresas Financeiras	3.817	5.731	-1.914	-33%	4.436	-618	-14%
Empresas Imobiliárias	12.912	26.830	-13.917	-52%	59.027	-46.115	-78%
Gestoras de Património	39.899	29.097	10.803	37%	38.603	1.296	3%
Indústrias Transformadoras	28.117	28.139	-22	-0%	30.823	-2.706	-9%
Informação e Comunicação	105.643	55.666	49.977	90%	107.869	-2.226	-2%
Saúde	2.517.724	2.484.248	33.476	1%	2.388.269	129.455	5%
Transportes e Armazenagem	665.064	730.168	-65.104	-9%	655.573	9.491	1%
<b>Total</b>	<b>3.451.227</b>	<b>3.451.030</b>	<b>197</b>	<b>0%</b>	<b>3.367.728</b>	<b>83.499</b>	<b>2%</b>

Fonte: SiRIEF

O setor da *Saúde* registou o maior crescimento de Gastos Operacionais, de aproximadamente 129 milhões de euros, face ao registado no período homólogo, situando-se também cerca de 33 milhões de euros acima do previsto nos orçamentos das empresas. Note-se que o setor da *Saúde* apresentou também o maior aumento do Volume de Negócios, sendo esse ainda assim inferior ao aumento dos Gastos.

Em sentido contrário, o setor das *Empresas Imobiliárias* diminuiu os seus gastos operacionais em cerca de 46 milhões de euros. Relembre-se que este setor apresentou também o maior decréscimo do Volume de Negócios, sendo esse ainda assim superior à diminuição dos Gastos Operacionais.

Por fim, saliente-se o setor dos *Transportes e Armazenagem*, cujos Gastos foram inferiores ao previsto em cerca de 65 milhões de euros.

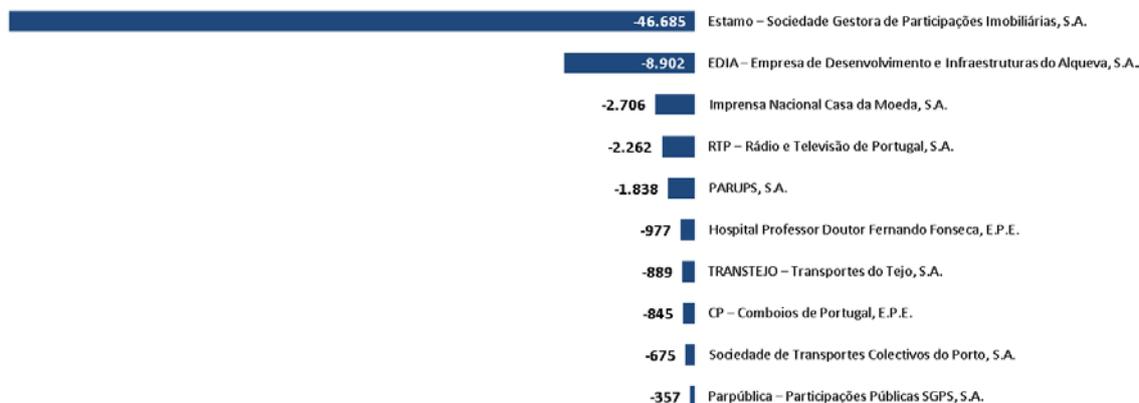
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita dos Gastos Operacionais nos primeiros seis meses de 2017, face ao período homólogo.

**Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais**

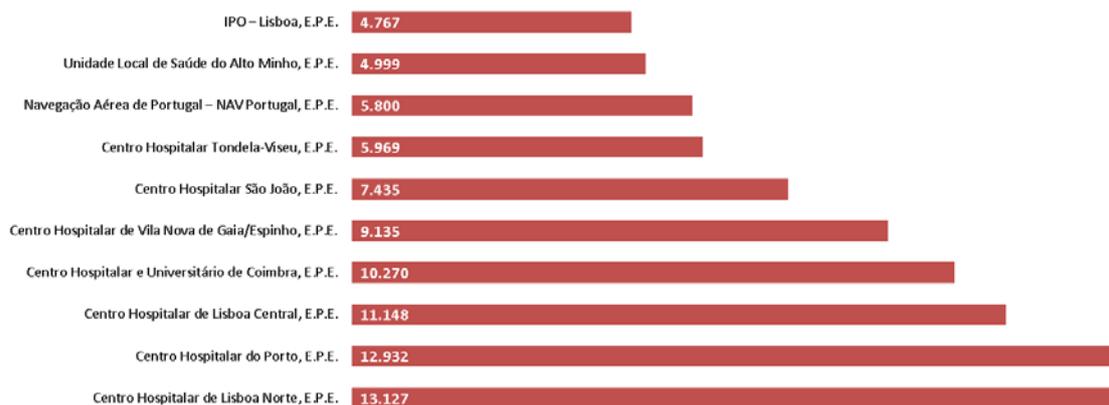
Unidade: Milhares de euros

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior decréscimo de Gastos Operacionais

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior acréscimo de Gastos Operacionais



Fonte: SiRIEF

O decréscimo de Gastos Operacionais registado pela ESTAMO, em cerca de 47 milhões de euros, foi o mais significativo no período. Este decréscimo foi justificado pela diminuição dos CMVMC, uma vez que, sendo o valor de compra do imóvel registado como custo aquando da venda, a redução das vendas resulta numa diminuição dos CMVMC. É também de assinalar a diminuição dos Gastos Operacionais da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA) em cerca de 9 milhões de euros, por via dos FSE.

Em sentido contrário, note-se que entre as dez empresas com maior acréscimo dos Gastos Operacionais, nove pertencem ao setor da *Saúde*. Entre estas destaca-se o Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E. (CH Lisboa Norte), com um acréscimo de aproximadamente 13 milhões de euros face ao período homólogo.

O detalhe das rubricas que compõem os Gastos Operacionais por setor de atividade pode ser consultado nas Tabela 22, Tabela 23 e Tabela 24 do Anexo B.



Adicionalmente, e considerando que as diversas empresas operam em escalas diferentes, procedeu-se à análise do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios.

**Tabela 7** – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade

Setor	Rácio dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios		
	T2 2017	T2 2016	Varição
Administração Pública	0,466	0,448	0,018
Agricultura e Pescas	1,078	1,098	-0,020
Atividades Administrativas	0,004	0,003	0,001
Construção	0,808	1,692	-0,883
Cultura	1,350	1,438	-0,088
Empresas Financeiras	0,953	1,040	-0,087
Empresas Imobiliárias	0,423	0,703	-0,280
Gestoras de Património	1,451	1,425	0,026
Indústrias Transformadoras	0,630	0,659	-0,029
Informação e Comunicação	0,933	0,958	-0,025
Saúde	1,123	1,100	0,023
Transportes e Armazenagem	0,694	0,702	-0,008
<b>Total</b>	<b>0,977</b>	<b>0,965</b>	<b>0,011</b>

O peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios no primeiro semestre de 2017 foi superior em cerca de 1 pontos percentual (p.p.) face ao registado no mesmo período em 2016. Quatro dos setores em análise apresentaram Gastos Operacionais superiores ao respetivo Volume de Negócios, menos dois setores que no período homólogo.

Destaca-se o setor das *Gestoras de Património*, setor onde detêm um peso considerável as sociedades PARUPS, S.A. (PARUPS) e PARVALOREM (constituídas com o objetivo de recuperar a carteira de créditos e o património adquiridos no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A.), é importante referir a imprevisibilidade das condições de alienação dos seus ativos e a dificuldade em encontrar potenciais compradores cujas propostas permitam compensar a totalidade dos encargos suportados com estes ativos<sup>12</sup>.

No caso do setor da *Cultura*, o elevado peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, que diminuiu face ao período homólogo, justifica-se pelo facto de a estrutura de gastos das empresas deste setor ser tipicamente financiada através de fundos que incluem não só as vendas e serviços prestados, contabilizados como Volume de Negócios, como os subsídios atribuídos pelo Estado.

Saliente-se o setor da *Construção*, cujo rácio calculado no primeiro semestre de 2017 revela uma diminuição significativa face ao período homólogo, quando os gastos operacionais eram bastante superiores ao Volume de Negócios.

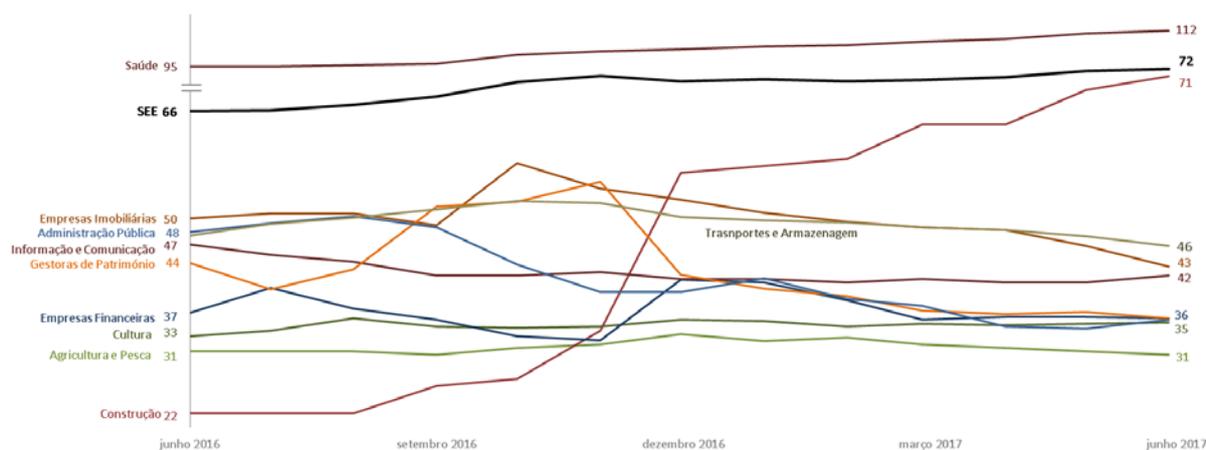
<sup>12</sup> Que incluem despesas judiciais, custos de manutenção e reparação, custos processuais e comissões de intermediação imobiliária, entre outros.

### 3.1.6. Prazo Médio de Pagamentos

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, fixou o objetivo de redução dos prazos de pagamento de forma a “assegurar um comportamento exemplar das entidades públicas na regularização dos compromissos de natureza comercial”. Assim, a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e a regularização de pagamentos em atraso são objetivos estabelecidos para as empresas públicas.

A figura seguinte ilustra a evolução do PMP mensal no período compreendido entre junho de 2016 e junho de 2017, por setor de atividade<sup>13</sup>.

**Figura 6** – Evolução do PMP por setor de atividade (junho 2016 – junho 2017)



Em termos globais, as empresas públicas registaram um PMP com trajetória ascendente entre junho de 2016 e junho de 2017, tendo este ficado situado numa média de 72 dias no final do período considerado, um aumento de 6 dias. Este valor resultou principalmente do setor da *Saúde*, visto que todos os outros setores se mantiveram abaixo da referida média.

O setor da *Agricultura e Pescas* foi o que apresentou, no final do segundo trimestre de 2017, a média de PMP mais baixa, de aproximadamente 31 dias. Também o setor da *Cultura* registou, no final do período, PMP reduzido (com média de 35 dias) e relativamente estável ao longo do período em análise. Até outubro de 2016 o setor da *Construção* foi o que apresentou o PMP mais baixo, mês a partir do qual, o PMP deste setor inverteu a sua tendência, passando o setor da *Agricultura e Pescas* a apresentar o PMP mais baixo.

Em termos de evolução, saliente-se o setor da *Construção*, representado pela EDIA, com um aumento significativo do PMP a partir de outubro de 2016, de 27 dias para 71 dias em junho de 2017, devido a uma desaceleração mais acentuada nas rubricas de “compras” face à verificada na dívida a fornecedores.

A Tabela 8 apresenta mais detalhadamente a evolução dos PMP durante o primeiro semestre de 2017.

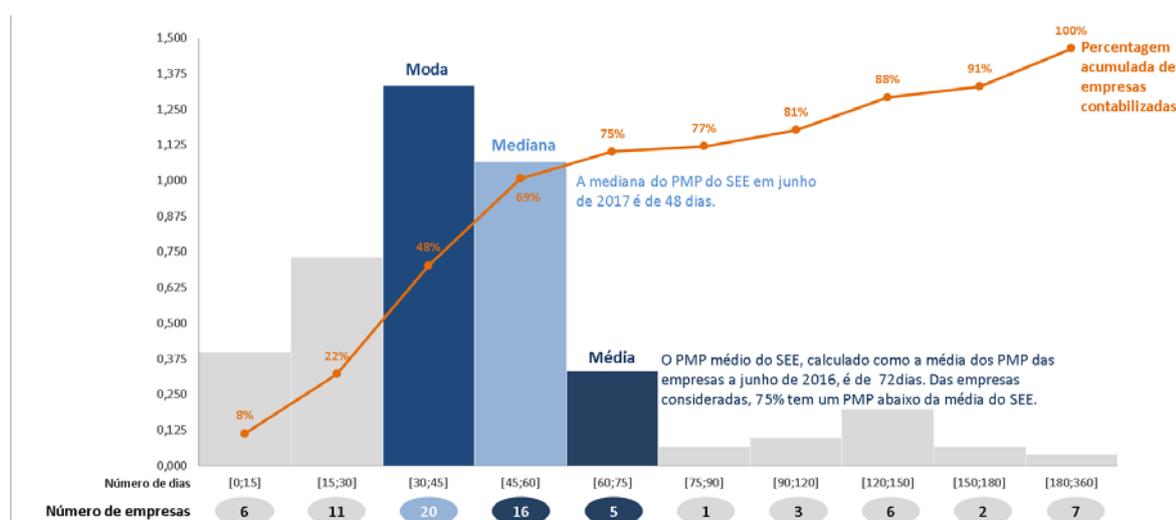
<sup>13</sup> O PMP para um setor de atividade corresponde à média dos PMP das empresas que compõem o setor em causa.

**Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2016 e junho 2017)**

Setor	Unidade: dias		
	junho 2017	dezembro 2016	Variação
Administração Pública	36	40	-4
Agricultura e Pescas	31	34	-3
Construção	71	57	14
Cultura	35	36	-1
Empresas Financeiras	36	41	-5
Empresas Imobiliárias	43	53	-10
Gestoras de Património	36	42	-6
Indústrias Transformadoras	56	53	3
Informação e Comunicação	42	42	0
Saúde	112	103	9
Transportes e Armazenagem	46	51	-5
<b>SEE</b>	<b>72</b>	<b>70</b>	<b>2</b>

Em termos globais, oito dos onze setores de atividade apresentados diminuíram ou mantiveram o seu PMP face a dezembro de 2016. O maior decréscimo verificou-se no setor das *Empresas Imobiliárias* (de 10 dias). Por outro lado, o setor da *Construção* aumentou o seu PMP em 14 dias. Note-se ainda que o setor da *Saúde* registou o PMP mais elevado de junho de 2017, com uma média de 112 dias. Em termos globais, o PMP das empresas públicas aumentou para cerca de 72 dias.

A figura seguinte caracteriza a distribuição do PMP em junho de 2017. Sublinhe-se que foram consideradas nesta análise todas as empresas que inseriram em SiRIEF os PMP relativos ao mês de junho de 2017, num total de 77 empresas.

**Figura 7 – Distribuição do PMP em junho de 2017**


Fonte: SiRIEF

Das 77 empresas públicas agora consideradas, 17 tinham um PMP inferior a um mês. A distribuição apresenta um enviesamento positivo, uma vez que cerca de 75% das empresas apresentaram um PMP inferior à média de 72 dias registada no mês de junho.

### 3.2. ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Nesta secção procedeu-se à análise do desempenho financeiro das empresas públicas nos primeiros seis meses de 2017, através de indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento. Recorreu-se, sempre que possível, à utilização de rácios financeiros, por forma a promover uma maior comparabilidade entre setores. Recorde-se que, para efeitos de comparação face ao ano anterior, considerou-se como período de referência o período homólogo para análise de indicadores da Demonstração de Resultados (fluxos) e o final do exercício de 2016 para a análise de indicadores do Balanço (*stocks*).

#### 3.2.1. Liquidez

A tabela seguinte apresenta indicadores que permitem avaliar os resultados gerados pelas empresas públicas no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as suas obrigações de curto prazo. São apresentados os seguintes indicadores de liquidez: *Cash Flow*<sup>14</sup>, Fundo de Maneio<sup>15</sup> e Liquidez Geral<sup>16</sup>.

**Tabela 9** – Indicadores de Liquidez por setor de atividade

Setor	<i>Cash Flow</i> (Milhares de euros)		Fundo de Maneio (Milhares de euros)		Liquidez Geral (rácio)	
	T2 2017	T2 2016	T2 2017	T4 2016	T2 2017	T4 2016
Administração Pública	52.839	52.219	344.575	287.078	2,709	2,344
Agricultura e Pescas	3.429	2.784	19.089	18.782	2,126	2,330
Atividades Administrativas	2.986	2.891	42.356	12.341	30,378	5,489
Construção	2.002	4.946	168.624	165.763	3,347	3,111
Cultura	5.737	3.920	8.065	4.914	1,585	1,338
Empresas Financeiras	41.258	47.427	-822.701	-936.908	0,486	0,426
Empresas Imobiliárias	14.793	15.956	972.243	962.622	24,802	28,176
Gestoras de Património	-46.597	-61.965	-658.268	-503.830	0,621	0,703
Indústrias Transformadoras	13.233	11.035	58.667	68.595	4,370	6,466
Informação e Comunicação	4.904	3.238	-128.724	-132.344	0,445	0,410
Saúde	-206.485	-139.659	-1.245.874	-1.030.215	0,834	0,757
Transportes e Armazenagem	207.986	71.065	357.929	-400.484	1,044	0,953
<b>Total</b>	<b>96.085</b>	<b>13.856</b>	<b>-884.020</b>	<b>-1.483.685</b>	<b>0,955</b>	<b>0,911</b>

Fonte: SiRIEF

O *Cash Flow* é uma medida aproximada do montante de autofinanciamento gerado no exercício. Até ao final do primeiro semestre de 2017, o *Cash Flow* realizado pelas empresas

<sup>14</sup> *Cash Flow* = Resultado Líquido + Depreciações e Amortizações + Provisões e Imparidades.

<sup>15</sup> Fundo de Maneio = Ativo Corrente – Passivo Corrente.

<sup>16</sup> Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente.



públicas foi cerca de 96 milhões de euros, apresentando um acréscimo de aproximadamente 83 milhões de euros face ao período homólogo. Este resultado reflete essencialmente o ganho de 137 milhões de euros registada no setor dos *Transportes e Armazenagem*, compensada em parte pelo aumento da perda registada no setor da *Saúde*.

Em termos globais, o Fundo de Maneio foi negativo em aproximadamente 884 milhões de euros para o total das empresas públicas, pelo que o Passivo Corrente superou o Ativo Corrente neste montante. Ainda assim, face ao último trimestre de 2016 verificou-se um aumento de liquidez de aproximadamente 600 milhões de euros. Destacaram-se quatro setores com fundo de maneio negativo, sendo que os setores da *Saúde*, das *Empresas Financeiras* e das *Gestoras de Património* totalizaram um fundo de maneio negativo em cerca de 2,7 mil milhões de euros.

Para facilitar a comparação entre setores, procedeu-se ao cálculo do rácio de Liquidez Geral. Do valor observado para o rácio no final de junho de 2017, decorre que o Ativo Corrente era 0,96 vezes o Passivo Corrente, ou seja, 4% inferior. Salientam-se as *Atividades Administrativas* como o setor com maior capacidade de reembolsar o seu Passivo Corrente, utilizando o seu Ativo Corrente. O aumentado registado neste setor, representado pela Sagesecur – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A., deve-se ao aumento do ativo corrente da empresa em cerca de 30 milhões de euros no seguimento da aquisição de ativos financeiros. Em comparação com o final de 2016, quatro dos doze setores apresentou, no período até junho de 2017, um decréscimo da sua Liquidez Geral, sendo o maior decréscimo observado no setor das *Empresas Imobiliárias*.

### 3.2.2. Rentabilidade

A tabela seguinte apresenta rácios relevantes que permitem avaliar a rentabilidade das vendas e dos serviços prestados pelas empresas públicas e o retorno gerado para o acionista. São apresentados os seguintes indicadores: Margem Bruta<sup>17</sup>, Rentabilidade das Vendas<sup>18</sup> e Rentabilidade do Capital Próprio<sup>19</sup>.

Até ao final do segundo trimestre de 2017, a nível global, a margem bruta foi de cerca de 69% do valor das vendas, em linha com o verificado no período homólogo. Saliente-se que foram excluídas da análise deste indicador todas as empresas públicas que, pela natureza da sua atividade, não apresentaram volume de negócios<sup>20</sup> ou cujo CMVMC foi igual a zero.

Em termos setoriais refira-se ainda o acréscimo registado na Margem Bruta do setor das *Empresas Imobiliárias*, em cerca de 40 p.p., durante os primeiros seis meses de 2017, face ao período homólogo.

<sup>17</sup> Margem Bruta = (Vendas e Serviços Prestados – CMVMC) / Vendas e Serviços Prestados.

<sup>18</sup> Rentabilidade das Vendas = EBITDA / Vendas e Serviços Prestados.

<sup>19</sup> Rentabilidade do Capital Próprio = Resultado Líquido / Capital Próprio.

<sup>20</sup> Define-se Volume de Negócios como a soma das vendas com os serviços prestados.

**Tabela 10** – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade

(unidades definidas no texto)

Setor	Margem Bruta		Rentabilidade das Vendas		Rentabilidade do Capital Próprio	
	T2 2017	T2 2016	T2 2017	T2 2016	T2 2017	T2 2016
Administração Pública			0,482	0,565	0,017	0,009
Agricultura e Pescas	0,844	0,857	0,246	0,205	0,019	0,006
Atividades Administrativas			1,084	1,081	0,017	0,014
Construção	0,999	0,999	0,464	0,501		
Cultura	0,952	0,954	0,356	0,276	0,114	0,099
Empresas Financeiras			-0,025	0,212	0,010	0,019
Empresas Imobiliárias	0,772	0,368	0,721	0,309	0,012	0,014
Gestoras de Património	0,093	0,015	-0,370	-0,545	0,051	0,033
Indústrias Transformadoras	0,743	0,700	0,401	0,343	0,133	0,105
Informação e Comunicação	0,622	0,564	0,058	0,048	0,132	0,133
Saúde	0,629	0,640	-0,093	-0,065	-0,109	-0,079
Transportes e Armazenagem	0,841	0,840	0,505	0,326	0,009	-0,003
<b>Total</b>	<b>0,690</b>	<b>0,687</b>	<b>0,098</b>	<b>0,066</b>	<b>0,008</b>	<b>0,004</b>

Fonte: SiRIEF

A Rentabilidade das Vendas aumentou face ao período homólogo, de 6,6% para 9,8%. Os únicos setores a registar uma Rentabilidade das Vendas negativa foram o das *Gestoras de Património*, da *Saúde* e das *Empresas Financeiras*. O setor das *Gestoras de Património* apresentou uma Rentabilidade das Vendas negativa de 37%. Ainda assim, este valor refletiu uma melhoria do EBITDA (negativo) entre 2016 e 2017.

Em termos globais, a Rentabilidade do Capital Próprio melhorou cerca de 0,4 p.p. face ao período homólogo. Sublinhe-se que foram excluídas da análise da rentabilidade do capital próprio as empresas com capitais próprios negativos. O setor das *Indústrias Transformadoras* e da *Informação e Comunicação* mantém-se como os setores que proporcionam a maior rentabilidade, ambos na ordem dos 13%.

### 3.2.3. Endividamento

A tabela seguinte apresenta rácios que permitem avaliar o nível de endividamento das empresas públicas, a natureza desse endividamento e o respetivo custo incorrido. São apresentados os seguintes indicadores: Rácio de Endividamento<sup>21</sup>, Rácio de Endividamento Corrente<sup>22</sup> e Custo do Passivo Remunerado<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Rácio de Endividamento = Passivo Total / Ativo Total.

<sup>22</sup> Rácio de Endividamento Corrente = Passivo Corrente / Ativo Total.

<sup>23</sup> Custo do Passivo Remunerado = Juros Suportados / Passivo Remunerado.

**Tabela 11** – Indicadores de Endividamento por setor de atividade

(unidades definidas no texto)

Setor	Rácio de Endividamento		Rácio de Endividamento Corrente		Custo do Passivo Remunerado	
	T2 2017	T4 2016	T2 2017	T4 2016	T2 2017	T2 2016
Administração Pública	0,662	0,673	0,074	0,080	0,007	0,008
Agricultura e Pescas	0,321	0,297	0,202	0,173		
Atividades Administrativas	0,668	0,680	0,016	0,030	0,018	0,020
Construção	1,666	1,682	0,120	0,128	0,005	0,004
Cultura	0,233	0,268	0,219	0,249	0,000	0,007
Empresas Financeiras	0,526	0,529	0,192	0,197	0,024	0,026
Empresas Imobiliárias	0,215	0,220	0,028	0,025	0,019	0,027
Gestoras de Património	2,254	2,189	0,576	0,550	0,014	0,016
Indústrias Transformadoras	0,323	0,275	0,136	0,094		
Informação e Comunicação	1,036	1,060	0,632	0,629	0,011	0,013
Saúde	0,953	0,872	0,942	0,855		
Transportes e Armazenagem	0,971	0,993	0,212	0,223	0,016	0,018
<b>Total</b>	<b>0,945</b>	<b>0,951</b>	<b>0,310</b>	<b>0,279</b>	<b>0,016</b>	<b>0,018</b>

Fonte: SiRIEF

O Rácio de Endividamento manteve-se constante em torno de 95%, em termos globais, de janeiro a junho de 2017, mantendo-se o total do Ativo superior ao total do Passivo. É de salientar o setor das *Gestoras de Património*, cujo total do Passivo é mais de duas vezes o total do Ativo, traduzindo-se num Capital Próprio negativo. Adicionalmente, serão ainda de referir outros dois setores com rácio de endividamento igual ou superior a um: *Construção* e *Informação e Comunicação*. Em termos globais, e de acordo com o Rácio de Endividamento Corrente, o Passivo de curto prazo representava quase um terço (31%) do Ativo.

Verificou-se que o Custo do Passivo Remunerado a 30 de junho de 2017, indicativo da taxa de juro a que as empresas públicas se financiam, diminuiu face ao período homólogo para cerca de 1,6%, o que corresponde a uma taxa anual efetiva de 3,2%. Note-se que todos os setores, exceto o da *Construção*, diminuíram o seu Custo do Passivo Remunerado.

#### 4 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2017

Nesta secção verifica-se se os resultados obtidos pelas empresas nos primeiros seis meses de 2017 indiciam o cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2017. Estes objetivos, apresentados na tabela seguinte, têm por base as instruções da DGTF para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o ano em apreço. Deve contudo salientar-se que tais indicações são referentes a objetivos a cumprir até ao final do exercício, pelo que só nessa altura se poderá tirar conclusões definitivas. Como tal, ajustou-se o limite anual de 3% definido nas instruções a propósito do aumento do endividamento para um



aumento semestral de aproximadamente 1,49%. Este valor foi calculado de acordo com um pressuposto de aumento do endividamento a uma taxa constante ao longo do ano<sup>24</sup>.

**Tabela 12** – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão

	<b>Indicador</b>	<b>Objetivo</b>
(1)	Endividamento <sup>25</sup>	O aumento do endividamento de janeiro a junho de 2017 deve ser inferior a 1,49%.
(2)	EBITDA	As empresas com EBITDA negativo até 30 de junho de 2016 devem apresentar um EBITDA nulo ou positivo.
		As empresas com EBITDA positivo até 30 de junho de 2016 devem apresentar um EBITDA superior a este.
(3)	Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios	O peso dos Gastos Operacionais das empresas face ao respetivo Volume de Negócios deve ser reduzido face ao rácio apresentado a 30 de junho de 2016.
(4)	Prazo Médio de Pagamentos	Para empresas com PMP superior ou igual a 45 dias em 2016: Redução do PMP superior a 25% do valor em 2016 (cumprimento excepcional) ou entre 15% e 25% (cumprimento).
		Para empresas com PMP inferior a 45 dias em 2016: Redução do PMP para um valor inferior a 30 dias (cumprimento excepcional) ou entre 30 e 40 dias (cumprimento).

É seguidamente apresentada a tabela com o número de empresas que cumpriram os objetivos supramencionados.

**Tabela 13** – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão a 30 de junho de 2017

		<b>Objetivo</b>			
		(1)	(2)	(3)	(4)
<b>Nº de empresas<sup>26</sup></b>	Excedem				22
	Cumprem	18	29	17	15
	Não Cumprem	6	56	25	36
<b>Taxa</b>	Cumprimento	75%	34%	40%	51%
	Incumprimento	25%	66%	60%	49%

Fonte: SIRIEF

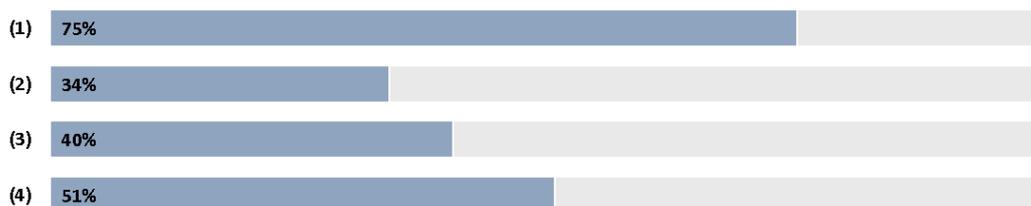
A figura seguinte ilustra o grau de cumprimento dos objetivos anteriormente apresentados.

<sup>24</sup> De notar que  $(1 + r)^2 = 1,03$  (sendo  $r$  a taxa equivalente considerada para seis meses) pelo que  $r = 0,0149$ .

<sup>25</sup> À semelhança do referido na secção anterior entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

<sup>26</sup> O número total de empresas avaliadas em cada objetivo difere, uma vez que cada empresa está sujeita a diferentes objetivos de gestão, consoante os seus resultados em 2016.

**Figura 8** – Cumprimento dos objetivos de gestão para 2017, percentagem de empresas



Fonte: SIRIEF

Constata-se que o menor grau de cumprimento ocorreu no objetivo (2), ou seja, o objetivo referente ao crescimento do EBITDA. Por outro lado, 75% das empresas públicas cumpriram o objetivo (1), ou seja, o relativo à evolução do nível de Endividamento.

## 5 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP) assumiu a competência para a gestão dos Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro (IGRF) contratados pelas Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) submeterem aqueles instrumentos a parecer da IGCP.

Considerando que as EPR estão impedidas de obter financiamento em mercado<sup>27</sup>, não se prevê que sejam contratados novos instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco por estas empresas. Adicionalmente, tem-se verificado que os custos tanto de renegociação de operações estruturadas como de contratação de novas operações para a sua gestão são muito elevados, o que não tem permitido executar alterações às posições existentes. Neste contexto, no segundo trimestre de 2017 não foram cancelados nem reestruturados IGRF

A 1 de fevereiro de 2017 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que tem por objeto a transferência, para o município de Lisboa, da posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público celebrado pela Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (CARRIS) e da totalidade das ações representativas do capital social da empresa. No entanto, através da alínea e) do seu artigo 6.º, o Estado assumiu as responsabilidades decorrentes de contratos de derivados financeiros assinados pela CARRIS até 30 de dezembro de 2016, pelo que os IGRF celebrados pela empresa permanecem no perímetro do SEE.

Adicionalmente, em abril de 2017 o Estado Português chegou a acordo com o Banco Santander Totta para pôr fim aos litígios judiciais resultantes dos contratos de *swap*

---

<sup>27</sup> Com exceção das EPR em regime concorrencial, de acordo com o artigo 29º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de outubro.



celebrados com as empresas públicas. Como parte desse acordo ficou determinado o pagamento faseado dos juros, que tinha ficado suspenso em 2013.

Desta forma, a 30 de junho de 2017, a carteira do SEE era constituída por 30 IGRF, repartidos por 7 empresas e 3 setores de atividade<sup>28</sup>. No final do segundo trimestre, estes instrumentos apresentavam um valor contratual agregado de 2,3 mil milhões de euros e um valor de mercado negativo em torno de 1,4 mil milhões de euros.

A Tabela 14 caracteriza os IGRF agregados por empresa, quanto ao valor contratual e valor de mercado das operações.

**Tabela 14** – Valor dos IGRF por setor de atividade (excluindo IGRF em processo de contencioso)

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.06.2017

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	MtM <sup>29</sup>
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. <sup>30</sup>	1	5,375	-592
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	1	10,000	-9,956
Metro do Porto, S.A.	4	204,459	-468,661
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	17	694,413	-595,080
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	1	25,000	-104,311
<b>Subtotal Transportes e armazenagem</b>	<b>24</b>	<b>939,247</b>	<b>-1,178,600</b>
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	2	70,000	-14,208
<b>Subtotal Gestoras de Património</b>	<b>2</b>	<b>70,000</b>	<b>-14,208</b>
PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS, S.A. <sup>31</sup>	4	1,308,495	-171,970
<b>Subtotal Empresas Financeiras</b>	<b>4</b>	<b>1,308,495</b>	<b>-171,970</b>
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>2,317,742</b>	<b>-1,364,778</b>

Fonte: IGCP

No segundo trimestre, o resultado potencial da carteira de derivados do SEE, ajustado pelos recebimentos/pagamentos de cupões, registou uma variação positiva próxima de 55,5 milhões de euros face ao primeiro trimestre de 2017. Este resultado foi principalmente justificado pela melhoria do valor de mercado das operações do tipo *receiver swaptions* da Metro de Lisboa (16 milhões de euros), como resultado do aumento das taxas de juro do euro de médio/longo prazo ao longo do período considerado, e pela evolução positiva das

<sup>28</sup> A 30 de junho foi concluída a operação de reconfiguração da participação do Estado no capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., ficando a Parpública a deter ações representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto da empresa. No entanto, ainda não foi possível obter informação sobre os IGRF detidos pela TAP, pelo que estes não serão referidos no presente relatório.

<sup>29</sup> De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível.

<sup>30</sup> Derivado *embedded* num contrato de mútuo.

<sup>31</sup> Inclui uma *embedded put* das obrigações convertíveis sobre ações da GALP Energia, SGPS, S.A..



obrigações convertíveis da Parpública (16 milhões de euros), justificado pela redução do preço das ações da Galp (5.1%).

A tabela seguinte (Tabela 15) apresenta a variação do valor de mercado dos IGRF agregados por empresa entre o final do primeiro trimestre de 2017 e o final do segundo trimestre de 2017.

**Tabela 15** – Variação dos IGRF, por empresa (excluindo IGRF em processo de contencioso)

Unidade: milhares de euros

Empresa	MtM T2 2017 <sup>32</sup>	MtM T1 2017 <sup>31</sup>	Cash Flow	Variação <sup>33</sup>
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-592	-787	-227	-32
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-9,956	-12,895	-2,884	56
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-468,661	-496,416	-17,996	9,758
Metro do Porto, S.A.	-595,080	-642,050	-24,978	21,992
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	-104,311	-112,138	-6,948	879
<b>Subtotal Transportes e armazenagem</b>	<b>-1,178,600</b>	<b>-1,264,287</b>	<b>-53,034</b>	<b>32,654</b>
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	-14,208	-15,485	-713	565
<b>Subtotal Gestoras de Património</b>	<b>-14,208</b>	<b>-15,485</b>	<b>-713</b>	<b>565</b>
PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS, S.A.	-171,970	-204,703	-10,453	22,280
<b>Subtotal Empresas Financeiras</b>	<b>-171,970</b>	<b>-204,703</b>	<b>-10,453</b>	<b>22,280</b>
<b>Total</b>	<b>-1,364,778</b>	<b>-1,484,476</b>	<b>-64,200</b>	<b>55,498</b>

Fonte: IGCP

A análise da sensibilidade destes IGRF à variação das taxas de juro, apresentada na Tabela 16, revela que uma variação paralela positiva de 1 p.p. nas curvas de rendimentos do euro e do dólar (curvas *swap*), em simultâneo, teria um impacto favorável de cerca de 283 milhões de euros no valor da carteira dos IGRF, enquanto uma variação negativa de 1 p.p. provocaria um agravamento de 434 milhões de euros<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível.

<sup>33</sup> A variação é obtida através da soma da variação do MtM durante o segundo trimestre de 2017 e dos *Cash Flows* do mesmo período.

<sup>34</sup> Tal como tem vindo a ser referido nos relatórios anteriores, a persistência de valores muito baixos e até negativos na curva de rendimentos do euro justifica que não se imponha um limite inferior de 0% nas taxas de juro. No entanto, alguns dos modelos utilizados para calcular o MtM destas operações não permitem taxas negativas, pelo que nestes casos a sensibilidade às taxas de juro foi calculada com recurso a modelos diferentes dos usados para calcular o valor de mercado.

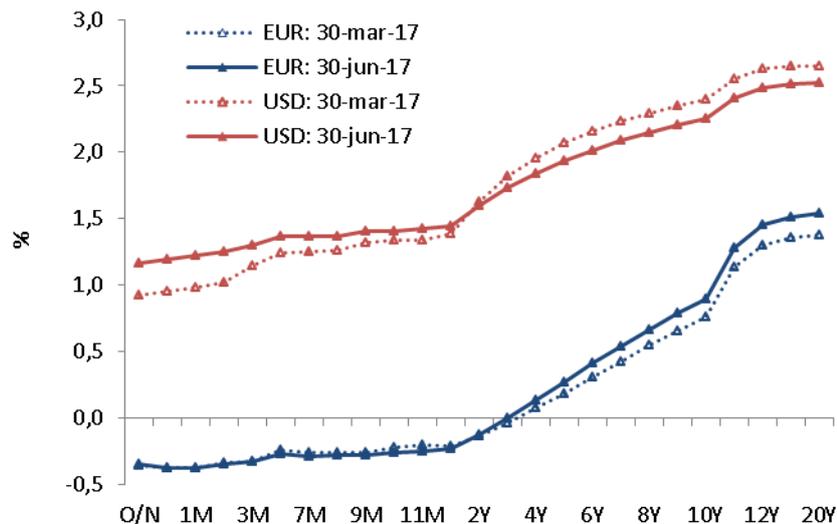
**Tabela 16** – Análise de sensibilidade às taxas de juro e volatilidade

Unidade: milhares de euros, reportados a 31.03.2017

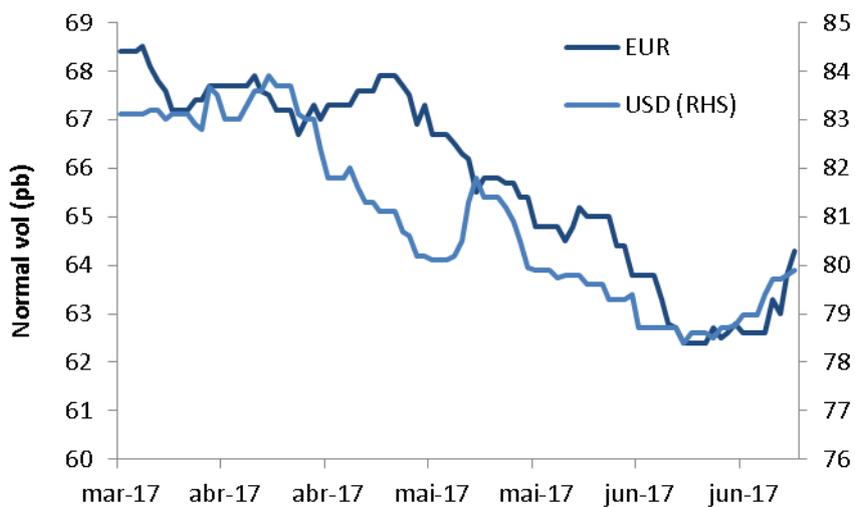
Empresa	Δ +1 p.p.	Δ -1 p.p.
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	6.060	-6.917
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	120	-123
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	67.553	-118.537
Metro do Porto, S.A.	5.943	-6.503
PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS, S.A.	59.503	-70.643
<b>Total</b>	<b>139.180</b>	<b>-202.723</b>

Fonte: IGCP

Por último, apresenta-se de seguida a evolução da taxa *swap* do euro e do dólar, bem como a volatilidade implícita numa *swaption 5y5y at-the-money*<sup>35</sup> (ATM). No último trimestre verificou-se uma inclinação das curvas *swap*, em particular da curva USD, bem como uma diminuição da volatilidade, que permanece em níveis historicamente reduzidos.

**Figura 9** – Variação das taxas EUR e USD

<sup>35</sup> Representa a volatilidade implícita no preço de uma opção com vencimento daqui a 5 anos para entrar num *swap* de taxa fixa com maturidade de 5 anos ao nível previsto pela *forward* atual. Atendendo ao facto de haver derivativos nas carteiras das empresas públicas com *caps* de curto prazo e outros com *swaptions* de longo prazo, considera-se que a *swaption 5y5y* é um bom indicador para medir a evolução do nível geral da volatilidade.

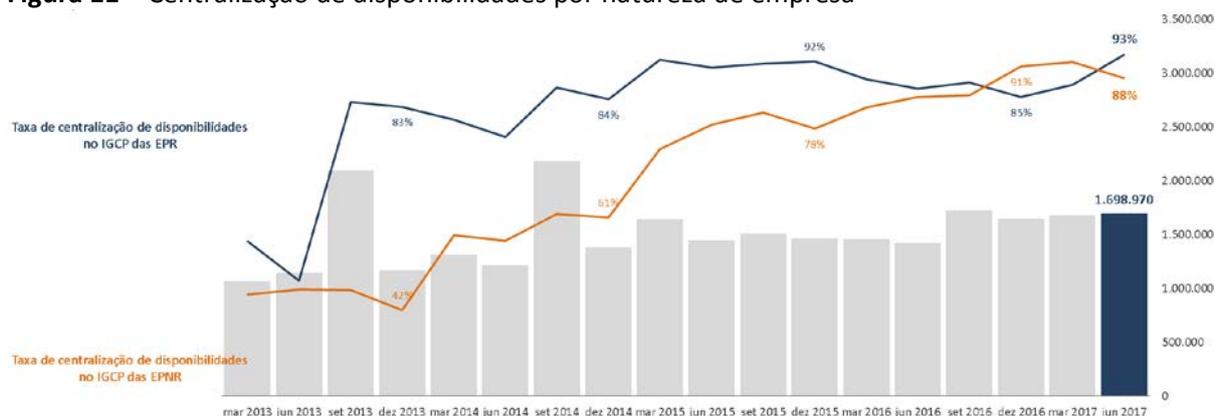
**Figura 10** – Evolução de volatilidade implícita em *swaption* 5y5y ATM

Fonte: Bloomberg

## 6 UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 determinou a obrigatoriedade de todas as EPNF, EPR ou EPNR, manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da IGCP. Esta orientação foi concretizada no final de 2010, mantendo-se em vigor desde então. Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE) as empresas passaram a estar obrigadas ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado e à divulgação de informação adicional junto da DGTF.

A figura seguinte apresenta o total de disponibilidades e aplicações financeiras das empresas públicas<sup>36</sup> junto da IGCP desde 2013, ano em que entrou em vigor o novo RJSPE.

**Figura 11** – Centralização de disponibilidades por natureza de empresa

Fonte: SiRIEF

<sup>36</sup> Não se incluem nesta secção as empresas que, na sequência de operações de privatização ou de fusão, extinção de atividade, entre outros, deixaram de estar obrigadas a divulgar informação sobre as suas disponibilidades financeiras à DGTF.



No final do segundo trimestre de 2017, as EPNR apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 88%, tendo diminuído face aos 91% registados no quarto trimestre de 2016. Por outro lado, as EPR registaram uma taxa de centralização que ronda os 93%, representando um aumento face aos 85% registados no quarto trimestre de 2016.

A nível setorial, os setores dos *Transportes e Armazenagem* e das *Gestoras de Património* assumem particular relevância, representando respetivamente cerca de 39% e 18% fundos centralizados na IGCP.

As empresas dos setores das *Empresas Financeiras*, das *Gestoras de Património*, da *Saúde* e dos *Transportes e Armazenagem* representam 85% dos fundos centralizados na IGCP por parte das empresas públicas.

**Tabela 17** – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade

Unidade: milhares de euros

Setor	T4 2013	T4 2014	T4 2015	T2 2016	T4 2016	T1 2017	T2 2017
Administração Pública	132.275	171.586	91.861	96.384	123.398	168.509	148.104
Agricultura e Pescas	7.101	4.602	4.149	6.605	11.368	14.276	11.483
Atividades Administrativas	0	0	0	4.736	5.116	6.895	6.262
Construção	33.992	34.932	10.675	1.451	10.444	8.349	13.795
Cultura	4.169	5.544	6.434	4.353	10.923	11.475	15.553
Empresas Financeiras	131.141	22.742	65.013	99.283	139.083	50.717	241.567
Empresas Imobiliárias	24.922	48.701	73.925	40.403	46.648	30.388	30.054
Gestoras de Património	356.023	361.764	306.801	330.410	452.259	415.035	310.642
Indústrias Transformadoras	84	31.073	41.065	30.928	51.011	44.755	26.197
Informação e Comunicação	7	53	42	2.093	2.795	3.015	2.714
Saúde	265.739	484.706	213.850	247.233	179.420	231.096	222.676
Transportes e Armazenagem	219.064	219.415	654.984	562.660	614.989	694.709	667.428
<b>SEE</b>	<b>1.174.516</b>	<b>1.385.117</b>	<b>1.468.798</b>	<b>1.426.540</b>	<b>1.653.480</b>	<b>1.681.129</b>	<b>1.698.823</b>

Fonte: SiRIEF

Destaca-se ainda o aumento da taxa de centralização de fundos das empresas pertencentes aos setores das *Empresas Financeiras* e das *Gestoras de Património*, de 73% e 81% no final de março para 93% e 94% no final do segundo trimestre de 2017, acompanhada em termos absolutos por um aumento das disponibilidades depositadas na IGCP. Por outro lado, o setor da *Agricultura e Pescas* registou uma diminuição significativa da taxa de centralização de fundos na IGCP, de 86% no final de março para 76% no final do segundo trimestre de 2017.

**Tabela 18** – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade

Setor	T4 2013	T4 2014	T4 2015	T2 2016	T4 2016	T1 2017	T2 2017
Administração Pública	99%	99%	99%	99%	99%	100%	100%
Agricultura e Pescas	86%	59%	73%	67%	81%	86%	78%
Atividades Administrativas				94%	93%	94%	95%
Construção	70%	92%	77%	46%	93%	87%	96%
Cultura	76%	68%	65%	42%	72%	86%	95%
Empresas Financeiras	68%	40%	77%	85%	88%	73%	93%
Empresas Imobiliárias	45%	92%	92%	91%	96%	93%	93%
Gestoras de Património	60%	59%	82%	78%	78%	81%	94%
Indústrias Transformadoras	0%	92%	98%	97%	99%	99%	97%
Informação e Comunicação	0%	2%	1%	47%	17%	42%	54%
Saúde	95%	97%	98%	96%	98%	96%	97%
Transportes e Armazenagem	74%	73%	89%	85%	88%	89%	87%
<b>SEE</b>	<b>70%</b>	<b>77%</b>	<b>88%</b>	<b>86%</b>	<b>86%</b>	<b>88%</b>	<b>92%</b>

Fonte: SiRIEF



## ANEXOS

### A. EMPRESAS CONSIDERADAS

#### Administração Pública

- ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. \*
- Parque Escolar, E.P.E.\*
- SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.\*

#### Agricultura e Pescas

- Companhia das Lezírias, S.A.
- Docapesca – Portos e Lotas, S.A.

#### Atividades Administrativas

- Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.\*

#### Construção

- EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.\*

#### Cultura

- Circuito do Estoril, S.A.
- OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E. \*
- Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.
- Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.
- Teatro Nacional S. João, E.P.E.\*

#### Empresas Financeiras

- FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.\*
- Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
- Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.
- Parública-Participações Públicas SGPS, S.A.\*
- Portugal Capital Ventures – Soci. de Capital de Risco, S.A.

#### Empresas Imobiliárias

- Baía do Tejo, S.A.
- CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.\*
- ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.\*
- Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinegético, S.A.

#### Gestoras de Património

- AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.
- AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.
- AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.\*
- EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.
- PARUPS, S.A.\*
- PARVALOREM, S.A.\*
- Polis Litoral Norte – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A. †
- Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A. †
- Polis Litoral Sudoeste, S.A. \*
- Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A. \*

#### Indústrias Transformadoras

- Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.

#### Informação e Comunicação

- Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.
- RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.\*

#### Saúde

- Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar de São João, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.\*
- Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.\*
- Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.\*
- Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.\*
- Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.\*
- Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.\*
- Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E. \*
- Hospital Garcia da Orta, E.P.E.\*
- Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.\*
- Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.\*
- Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco Gentil, E.P.E.\*
- Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E.P.E.\*
- Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, E.P.E.\*
- Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.\*
- Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.\*
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.\*
- Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.\*
- Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.\*
- Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E. \*
- Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E. \*
- Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.\*

#### Transportes e Armazenagem

- APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.



APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.  
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.  
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.  
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.  
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.\*  
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.\*

Metro do Mondego, S.A.\*  
Metro do Porto, S.A.\*  
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.\*  
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.  
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.  
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.\*

\* Empresas Públicas Recllassificadas (EPR)

† Empresas Públicas em Liquidação

**B. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA****Tabela 19 – Resultado Líquido por empresa**

Unidade: Milhares de euros

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
<b>Administração Pública</b>	<b>19.770</b>	<b>22.390</b>	<b>-2.621</b>	<b>-12%</b>	<b>12.271</b>	<b>7.498</b>	<b>61%</b>	
ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. *	4.652	-298	4.950	1.661%	4.425	228	5%	
Parque Escolar, E.P.E.	13.638	21.209	-7.571	-36%	4.028	9.610	239%	
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	1.479	1.479	-0	-0%	3.819	-2.339	-61%	
<b>Agricultura e Pescas</b>	<b>1.105</b>	<b>631</b>	<b>474</b>	<b>75%</b>	<b>360</b>	<b>745</b>	<b>207%</b>	
Companhia das Lezírias, S.A.	780	464	316	68%	363	417	115%	
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	325	167	158	95%	-3	328	11.251%	
<b>Atividades Administrativas</b>	<b>497</b>	<b>-83</b>	<b>579</b>	<b>701%</b>	<b>401</b>	<b>95</b>	<b>24%</b>	
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	497	-83	579	701%	401	95	24%	
<b>Construção</b>	<b>-2.027</b>	<b>-9.072</b>	<b>7.046</b>	<b>78%</b>	<b>-9.480</b>	<b>7.453</b>	<b>79%</b>	
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	-2.027	-9.072	7.046	78%	-9.480	7.453	79%	
<b>Cultura</b>	<b>5.596</b>	<b>1.314</b>	<b>4.282</b>	<b>326%</b>	<b>3.554</b>	<b>2.042</b>	<b>57%</b>	
CE – Circuito do Estoril, S.A.	224	183	41	22%	455	-231	-51%	
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E. *	-414	-238	-176	-74%	-1.083	669	62%	
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	5.392	1.588	3.804	240%	4.242	1.150	27%	
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	267	-219	487	222%	-221	489	221%	
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	126	0	126	-	160	-34	-21%	
<b>Empresas Financeiras</b>	<b>41.160</b>	<b>-31.892</b>	<b>73.052</b>	<b>229%</b>	<b>75.536</b>	<b>-34.376</b>	<b>-46%</b>	
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	12	6	6	87%	-9	20	240%	
Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	201	164	36	22%	228	-27	-12%	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	134	51	83	163%	127	6	5%	
Parública – Part. Públicas SGPS, S.A.	41.606	-31.321	72.927	233%	74.992	-33.385	-45%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-793	-793	0	0%	197	-990	-502%	
<b>Empresas Imobiliárias</b>	<b>14.057</b>	<b>9.526</b>	<b>4.531</b>	<b>48%</b>	<b>15.590</b>	<b>-1.534</b>	<b>-10%</b>	
Baía do Tejo, S.A.	943	-17	960	5.599%	-168	1.111	660%	
CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	-221	-419	198	47%	-127	-94	-74%	
ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	13.488	9.898	3.590	36%	16.033	-2.545	-16%	
Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinegético, S.A.	-154	64	-218	-341%	-147	-6	-4%	
<b>Gestoras de Património</b>	<b>-22.335</b>	<b>-7.624</b>	<b>-14.711</b>	<b>-193%</b>	<b>-54.085</b>	<b>31.749</b>	<b>59%</b>	
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	-65	159	-224	-141%	798	-863	-108%	
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	55.656	42.218	13.438	32%	36.959	18.697	51%	



Tabela 19 – Resultado Líquido por empresa (continuação)

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	-593	104	-697	-672%	191	-784	-410%
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	222	115	107	93%	164	58	35%
PARUPS, S.A.	-11.605	-7.629	-3.976	-52%	-24.171	12.566	52%
PARVALOREM, S.A.	-65.542	-38.720	-26.822	-69%	-67.322	1.780	3%
Polis Litoral Norte – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	-0	0	-0		0	-0	-185%
Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	-0	0	-0		0	-0	-214%
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	-0	0	-0		-0	-0	-33%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	-407	-3.870	3.463	89%	-702	295	42%
<b>Indústrias Transformadoras</b>	<b>11.499</b>	<b>7.185</b>	<b>4.314</b>	<b>60%</b>	<b>10.127</b>	<b>1.372</b>	<b>14%</b>
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	11.499	7.185	4.314	60%	10.127	1.372	14%
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1.273</b>	<b>1.658</b>	<b>-384</b>	<b>-23%</b>	<b>290</b>	<b>983</b>	<b>338%</b>
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	391	514	-123	-24%	341	51	15%
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	882	1.143	-262	-23%	-50	932	1.855%
<b>Saúde</b>	<b>-271.144</b>	<b>-175.155</b>	<b>-95.989</b>	<b>-55%</b>	<b>-206.295</b>	<b>-64.849</b>	<b>-31%</b>
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	-9.005	-13.497	4.492	33%	-9.352	347	4%
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	-7.627	-6.483	-1.144	-18%	-6.922	-705	-10%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	-1.554	-1.894	341	18%	-1.441	-113	-8%
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-18.285	-18.283	-2	-0%	-9.086	-9.199	-101%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-34.340	535	-34.875	-6.519%	-23.480	-10.860	-46%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-6.897	-4.416	-2.482	-56%	-16.906	10.009	59%
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-9.669	-11.848	2.179	18%	-9.207	-462	-5%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-6.677	-6.677	0	0%	-10.366	3.689	36%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	-5.062	-6.320	1.258	20%	-8.633	3.570	41%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-19.781	-12.233	-7.548	-62%	-11.704	-8.077	-69%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	-7.142	-3.858	-3.284	-85%	-5.853	-1.289	-22%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-586	-1.720	1.133	66%	-600	14	2%
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	-11.074	-7.842	-3.233	-41%	-2.533	-8.542	-337%
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-24.718	-8.596	-16.122	-188%	-6.916	-17.802	-257%
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	-3.564	22	-3.585	-	-4.545	982	22%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	-19.887	-19.534	-353	-2%	-10.566	-9.320	-88%
Centro Hospitalar Douro e Vouga, E.P.E.	-2.913	-1.766	-1.147	-65%	-1.218	-1.695	-139%
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	-2.155	-425	-1.730	-407%	-2.480	325	13%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-6.378	-1.147	-5.231	-456%	-807	-5.572	-691%
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.	-5.641	-7.998	2.357	29%	-5.196	-445	-9%



Tabela 19 – Resultado Líquido por empresa (continuação)

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	142	214	-71	-33%	114	29	25%	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	547	740	-193	-26%	988	-440	-45%	
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-6.659	-3.748	-2.911	-78%	-5.108	-1.551	-30%	
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	-4.640	-2.809	-1.830	-65%	-5.222	582	11%	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	-5.176	-1.999	-3.176	-159%	1.371	-6.547	-477%	
Hospital Pr. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	-11.784	-9.652	-2.131	-22%	-15.332	3.548	23%	
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	-140	47	-187	-401%	-985	845	86%	
Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco Gentil, E.P.E.	-854	-800	-54	-7%	-688	-166	-24%	
Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E.P.E.	-9.119	-2.525	-6.593	-261%	-5.393	-3.725	-69%	
Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, E.P.E.	-5.430	1.748	-7.178	-411%	-5.955	525	9%	
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	-6.462	-4.764	-1.697	-36%	-7.526	1.065	14%	
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	-1	-276	275	100%	-1.966	1.965	100%	
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	-9.393	-9.393	0	0%	-5.598	-3.795	-68%	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	-5.601	-1.329	-4.272	-322%	-3.404	-2.196	-65%	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-883	-3.350	2.466	74%	-1.220	336	28%	
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	395	47	348	741%	1.234	-839	-68%	
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.	267	-2.252	2.519	112%	-2.882	3.149	109%	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	-3.401	-1.073	-2.327	-217%	-912	-2.488	-273%	
<b>Transportes e Armazenagem</b>	<b>-33.660</b>	<b>-156.630</b>	<b>122.970</b>	<b>79%</b>	<b>-242.721</b>	<b>209.061</b>	<b>86%</b>	
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	1.948	493	1.455	295%	112	1.835	1.637%	
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	5.249	5.538	-289	-5%	5.437	-188	-3%	
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	1.143	415	728	175%	3.015	-1.872	-62%	
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	10.621	10.621	0	0%	9.827	794	8%	
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	2.088	1.474	613	42%	2.242	-154	-7%	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	-58.109	-80.794	22.686	28%	-74.003	15.895	21%	
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	47.822	48.202	-381	-1%	5.088	42.734	840%	
Metro do Mondego, S.A.	-10	-15	4	30%	-12	1	13%	
Metro do Porto, S.A.	-33.979	-99.975	65.996	66%	-123.905	89.926	73%	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-6.462	-19.430	12.968	67%	-47.414	40.952	86%	
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	938	275	662	240%	4.638	-3.700	-80%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-494	-11.078	10.584	96%	-20.261	19.767	98%	
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.	-4.413	-12.357	7.944	64%	-7.483	3.070	41%	
<b>Total</b>	<b>-234.209</b>	<b>-337.753</b>	<b>103.543</b>	<b>31%</b>	<b>-394.452</b>	<b>160.242</b>	<b>41%</b>	

Fonte: SÍRIEF



Tabela 20 – Endividamento por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
<b>Administração Pública</b>	<b>1.408.044</b>	<b>1.513.554</b>	<b>-105.510</b>	<b>-7%</b>	<b>1.433.028</b>	<b>-24.983</b>	<b>-2%</b>	
ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. *	359.539	359.194	345	0%	359.539	0	0%	
Parque Escolar, E.P.E.	1.048.505	1.154.360	-105.855	-9%	1.073.489	-24.983	-2%	
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	0	0	0		0	0		
<b>Agricultura e Pescas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>		
Companhia das Lezírias, S.A.	0	0	0		0	0		
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	0	0	0		0	0		
<b>Atividades Administrativas</b>	<b>60.049</b>	<b>63.723</b>	<b>-3.675</b>	<b>-6%</b>	<b>58.940</b>	<b>1.109</b>	<b>2%</b>	
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	60.049	63.723	-3.675	-6%	58.940	1.109	2%	
<b>Construção</b>	<b>675.819</b>	<b>681.338</b>	<b>-5.518</b>	<b>-1%</b>	<b>690.804</b>	<b>-14.985</b>	<b>-2%</b>	
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	675.819	681.338	-5.518	-1%	690.804	-14.985	-2%	
<b>Cultura</b>	<b>936</b>	<b>702</b>	<b>234</b>	<b>33%</b>	<b>936</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	
CE – Circuito do Estoril, S.A.	0	0	0		0	0		
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E. *	936	702	234	33%	936	0	0%	
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	0	0	0		0	0		
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	0	0	0		0	0		
<b>Empresas Financeiras</b>	<b>3.710.893</b>	<b>3.698.889</b>	<b>12.005</b>	<b>0%</b>	<b>3.700.772</b>	<b>10.121</b>	<b>0%</b>	
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	0	0	0		0	0		
Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	0	0	0		0	0		
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	0	0	0		0	0		
Parpública – Part. Públicas SGPS, S.A.	3.710.893	3.698.889	12.005	0%	3.700.772	10.121	0%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	0	0	0		0	0		
<b>Empresas Imobiliárias</b>	<b>240.782</b>	<b>276.870</b>	<b>-36.089</b>	<b>-13%</b>	<b>246.285</b>	<b>-5.503</b>	<b>-2%</b>	
Baía do Tejo, S.A.	0	5.096	-5.096	-100%	0	0		
CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	5.258	5.690	-433	-8%	5.161	97	2%	
ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	235.524	266.084	-30.560	-11%	241.125	-5.601	-2%	
Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinagético, S.A.	0	0	0		0	0		
<b>Gestoras de Património</b>	<b>5.408.360</b>	<b>5.389.708</b>	<b>18.652</b>	<b>0%</b>	<b>5.378.012</b>	<b>30.348</b>	<b>1%</b>	
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	11.798	11.311	487	4%	14.538	-2.740	-19%	
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	575.465	575.000	465	0%	575.000	465	0%	



Tabela 20 – Endividamento por empresa (continuação)

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	0	0	0		0	0		
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	0	0	0		0	0		
PARUPS, S.A.	396.337	364.123	32.214	9%	389.618	6.719	2%	
PARVALOREM, S.A.	4.424.759	4.418.886	5.872	0%	4.379.249	45.510	1%	
Polis Litoral Norte – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	0	0	0		0	0		
Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	0	0	0		0	0		
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	0	0	0		0	0		
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	0	20.387	-20.387	-100%	19.607	-19.607	-100%	
<b>Indústrias Transformadoras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>		
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	0	0	0		0	0		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>123.341</b>	<b>112.336</b>	<b>11.005</b>	<b>10%</b>	<b>112.693</b>	<b>10.648</b>	<b>9%</b>	
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	41	259	-218	-84%	148	-108	-73%	
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	123.300	112.077	11.223	10%	112.544	10.756	10%	
<b>Saúde</b>	<b>0</b>	<b>60</b>	<b>-60</b>	<b>-100%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar Douro e Vouga, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.	0	0	0		0	0		



Tabela 20 – Endividamento por empresa (continuação)

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Execução [3]	Abs. [1]-[3]
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Pr. Dr. Fernando Fonseca, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco Gentil, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	0	60	-60	-100%	0	0	
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	0	0	0		0	0	
<b>Transportes e Armazenagem</b>	<b>18.980.247</b>	<b>14.038.443</b>	<b>4.941.804</b>	<b>35%</b>	<b>18.884.570</b>	<b>95.678</b>	<b>1%</b>
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	15.000	15.000	0	0%	15.727	-727	-5%
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	18.200	18.200	0	0%	18.660	-460	-2%
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	81.505	86.318	-4.813	-6%	86.697	-5.192	-6%
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	0	0	0		0	0	
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	0	0	0		0	0	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	3.007.397	2.829.520	177.877	6%	3.024.535	-17.138	-1%
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	8.364.920	4.472.490	3.892.430	87%	8.344.014	20.906	0%
Metro do Mondego, S.A.	0	0	0		0	0	
Metro do Porto, S.A.	3.560.295	3.441.435	118.860	3%	3.378.234	182.061	5%
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	3.451.358	2.678.114	773.245	29%	3.487.194	-35.835	-1%
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	1.247	1.247	-0	0%	2.328	-1.081	-46%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	378.467	375.962	2.505	1%	370.325	8.143	2%
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.	101.857	120.157	-18.300	-15%	156.857	-55.000	-35%
<b>Total</b>	<b>30.608.471</b>	<b>25.775.623</b>	<b>4.832.849</b>	<b>19%</b>	<b>30.506.039</b>	<b>102.432</b>	<b>0%</b>

Fonte: SÍRIEF



Tabela 21 – EBITDA por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
<b>Administração Pública</b>	<b>62.105</b>	<b>71.194</b>	<b>-9.090</b>	<b>-13%</b>	<b>59.274</b>	<b>2.831</b>	<b>5%</b>	
ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. *	4.652	98	4.554	4.636%	4.538	114	3%	
Parque Escolar, E.P.E.	54.467	68.111	-13.644	-20%	48.405	6.061	13%	
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	2.985	2.985	-0	-0%	6.330	-3.345	-53%	
<b>Agricultura e Pescas</b>	<b>3.381</b>	<b>3.063</b>	<b>318</b>	<b>10%</b>	<b>2.648</b>	<b>733</b>	<b>28%</b>	
Companhia das Lezírias, S.A.	1.276	1.078	198	18%	921	356	39%	
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	2.105	1.985	119	6%	1.727	377	22%	
<b>Atividades Administrativas</b>	<b>4.137</b>	<b>3.900</b>	<b>238</b>	<b>6%</b>	<b>4.126</b>	<b>11</b>	<b>0%</b>	
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	4.137	3.900	238	6%	4.126	11	0%	
<b>Construção</b>	<b>4.980</b>	<b>3.381</b>	<b>1.598</b>	<b>47%</b>	<b>5.211</b>	<b>-232</b>	<b>-4%</b>	
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	4.980	3.381	1.598	47%	5.211	-232	-4%	
<b>Cultura</b>	<b>6.073</b>	<b>3.483</b>	<b>2.590</b>	<b>74%</b>	<b>4.042</b>	<b>2.032</b>	<b>50%</b>	
CE – Circuito do Estoril, S.A.	362	340	22	6%	609	-247	-41%	
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E. *	-338	-59	-279	-471%	-998	659	66%	
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	5.404	3.178	2.226	70%	4.253	1.151	27%	
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	404	-98	503	512%	-100	504	505%	
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	242	123	118	96%	277	-35	-13%	
<b>Empresas Financeiras</b>	<b>128.944</b>	<b>48.355</b>	<b>80.589</b>	<b>167%</b>	<b>171.130</b>	<b>-42.186</b>	<b>-25%</b>	
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	-11	-0	-11	-5.819%	-19	8	41%	
Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	267	219	48	22%	303	-36	-12%	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	135	52	83	160%	129	6	4%	
Parública – Part. Públicas SGPS, S.A.	129.050	48.581	80.469	166%	170.327	-41.277	-24%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-496	-496	0	0%	389	-886	-228%	
<b>Empresas Imobiliárias</b>	<b>21.816</b>	<b>18.326</b>	<b>3.490</b>	<b>19%</b>	<b>25.881</b>	<b>-4.064</b>	<b>-16%</b>	
Baía do Tejo, S.A.	1.217	237	981	414%	71	1.147	1.625%	
CONSEST – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	-183	-314	131	42%	-69	-114	-165%	
ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	20.900	18.305	2.595	14%	25.989	-5.090	-20%	
Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinagético, S.A.	-118	98	-217	-220%	-111	-7	-7%	
<b>Gestoras de Património</b>	<b>-9.873</b>	<b>-12.433</b>	<b>2.560</b>	<b>21%</b>	<b>-14.566</b>	<b>4.693</b>	<b>32%</b>	
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	745	991	-246	-25%	1.814	-1.070	-59%	
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	625	206	419	203%	479	146	30%	



Tabela 21 – EBITDA por empresa (continuação)

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	-633	200	-833	-417%	297	-930	-313%	
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	286	156	131	84%	199	87	44%	
PARUPS, S.A.	4.067	-131	4.198	3.201%	-6.887	10.954	159%	
PARVALOREM, S.A.	-14.582	-10.383	-4.199	-40%	-10.056	-4.526	-45%	
Polis Litoral Norte – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A.	5	3	2	70%	2	3	133%	
Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	1	0	1		2	-1	-62%	
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	5	0	5		4	1	26%	
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	-393	-3.475	3.082	89%	-422	29	7%	
<b>Indústrias Transformadoras</b>	<b>17.898</b>	<b>12.277</b>	<b>5.621</b>	<b>46%</b>	<b>16.021</b>	<b>1.877</b>	<b>12%</b>	
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	17.898	12.277	5.621	46%	16.021	1.877	12%	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>6.514</b>	<b>4.698</b>	<b>1.816</b>	<b>39%</b>	<b>5.367</b>	<b>1.147</b>	<b>21%</b>	
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	739	812	-73	-9%	657	83	13%	
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	5.775	3.886	1.889	49%	4.711	1.064	23%	
<b>Saúde</b>	<b>-207.728</b>	<b>-108.265</b>	<b>-99.463</b>	<b>-92%</b>	<b>-140.076</b>	<b>-67.652</b>	<b>-48%</b>	
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	-6.930	-11.432	4.502	39%	-7.285	355	5%	
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	-7.158	-5.678	-1.480	-26%	-6.378	-780	-12%	
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	39	52	-13	-25%	256	-218	-85%	
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-15.441	-14.209	-1.232	-9%	-4.899	-10.542	-215%	
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-29.544	5.285	-34.829	-659%	-18.538	-11.006	-59%	
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-3.803	-1.125	-2.678	-238%	-13.634	9.831	72%	
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-5.790	-7.067	1.277	18%	-5.327	-462	-9%	
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-5.406	-5.406	0	0%	-8.798	3.392	39%	
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	-1.719	-2.978	1.258	42%	-5.731	4.012	70%	
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-16.588	-8.771	-7.817	-89%	-8.246	-8.341	-101%	
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	-6.262	-2.806	-3.456	-123%	-4.811	-1.450	-30%	
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-342	-1.486	1.144	77%	-369	27	7%	
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	-10.358	-7.037	-3.321	-47%	-1.742	-8.617	-495%	
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-21.569	-5.591	-15.978	-286%	-4.407	-17.162	-389%	
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	-1.565	2.148	-3.714	-173%	-2.442	877	36%	
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	-16.055	-15.734	-321	-2%	-6.769	-9.286	-137%	
Centro Hospitalar Douro e Vouga, E.P.E.	-1.492	-3.652	2.160	59%	273	-1.765	-646%	
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	-1.927	-154	-1.773	-1.153%	-2.254	328	15%	
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-5.094	149	-5.244	-3.508%	438	-5.532	-1.262%	
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.	-4.833	-7.042	2.209	31%	-4.319	-514	-12%	



Tabela 21 – EBITDA por empresa (continuação)

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	285	429	-144	-33%	245	40	16%	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	861	1.143	-283	-25%	1.287	-426	-33%	
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-5.832	-2.857	-2.975	-104%	-4.276	-1.556	-36%	
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	-3.646	-1.370	-2.277	-166%	-3.943	296	8%	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	-3.782	-490	-3.292	-672%	2.962	-6.744	-228%	
Hospital Pr. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	-9.914	-7.508	-2.406	-32%	-13.400	3.486	26%	
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	53	207	-153	-74%	-792	845	107%	
Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Francisco Gentil, E.P.E.	620	875	-255	-29%	815	-195	-24%	
Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E.P.E.	-5.839	406	-6.246	-1.537%	-2.460	-3.379	-137%	
Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, E.P.E.	-3.007	5.411	-8.419	-156%	-2.756	-252	-9%	
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	-4.858	-2.950	-1.907	-65%	-5.850	992	17%	
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	684	458	226	49%	-1.421	2.104	148%	
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	-8.199	-8.199	0	0%	-4.359	-3.840	-88%	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	-3.147	1.240	-4.387	-354%	-1.036	-2.111	-204%	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-170	-2.336	2.166	93%	-406	236	58%	
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	935	782	153	20%	1.779	-844	-47%	
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.	1.689	-718	2.407	335%	-1.348	3.036	225%	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	-2.623	-257	-2.366	-920%	-135	-2.488	-1.849%	
<b>Transportes e Armazenagem</b>	<b>483.736</b>	<b>378.486</b>	<b>105.250</b>	<b>28%</b>	<b>304.267</b>	<b>179.469</b>	<b>59%</b>	
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	6.189	4.780	1.408	29%	4.352	1.837	42%	
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	19.085	22.407	-3.322	-15%	17.613	1.471	8%	
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	7.589	12.437	-4.848	-39%	11.369	-3.781	-33%	
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	23.338	23.338	0	0%	21.433	1.906	9%	
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	4.395	3.819	576	15%	4.580	-185	-4%	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	8.386	-7.038	15.423	219%	640	7.746	1.211%	
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	326.568	335.925	-9.357	-3%	307.232	19.336	6%	
Metro do Mondego, S.A.	-8	-7	-0	-5%	-8	-0	-2%	
Metro do Porto, S.A.	52.659	-7.442	60.102	808%	-41.023	93.682	228%	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	<b>27.604</b>	<b>-8.086</b>	<b>35.690</b>	<b>441%</b>	<b>-26.235</b>	<b>53.838</b>	<b>205%</b>	
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	7.931	7.522	409	5%	12.342	-4.410	-36%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	2.404	583	1.821	312%	-3.059	5.463	179%	
TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A.	-2.404	-9.752	7.349	75%	-4.969	2.565	52%	
<b>Total</b>	<b>521.982</b>	<b>426.466</b>	<b>95.516</b>	<b>22%</b>	<b>443.324</b>	<b>78.659</b>	<b>18%</b>	

Fonte: SÍRIEF

**Tabela 22 – CMVMC por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	0	0	0		0	0		
Agricultura e Pescas	2.146	2.057	89	4%	1.846	301	16%	
Atividades Administrativas	0	0	0		0	0		
Construção	15	5	10	208%	13	3	20%	
Cultura	824	419	404	96%	677	146	22%	
Empresas Financeiras	0	0	0		0	0		
Empresas Imobiliárias	6.921	19.433	-12.512	-64%	53.046	-46.125	-87%	
Gestoras de Património	7.259	2.880	4.378	152%	6.910	349	5%	
Indústrias Transformadoras	11.448	12.395	-947	-8%	14.027	-2.579	-18%	
Informação e Comunicação	39.940	20.750	19.190	92%	45.828	-5.887	-13%	
Saúde	832.440	769.843	62.597	8%	780.840	51.599	7%	
Transportes e Armazenagem	144.492	135.184	9.308	7%	142.309	2.183	2%	
<b>Total</b>	<b>1.045.486</b>	<b>962.966</b>	<b>82.520</b>	<b>9%</b>	<b>1.045.496</b>	<b>-10</b>	<b>-0%</b>	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 23 – FSE por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	23.687	29.826	-6.140	-21%	22.849	838	4%	
Agricultura e Pescas	5.678	5.840	-162	-3%	5.377	301	6%	
Atividades Administrativas	15	13	2	18%	13	3	21%	
Construção	5.671	10.345	-4.674	-45%	14.444	-8.772	-61%	
Cultura	8.977	7.494	1.483	20%	7.547	1.430	19%	
Empresas Financeiras	1.387	2.181	-794	-36%	1.923	-536	-28%	
Empresas Imobiliárias	3.885	5.227	-1.342	-26%	4.044	-158	-4%	
Gestoras de Património	10.860	11.679	-819	-7%	11.020	-160	-1%	
Indústrias Transformadoras	6.686	6.149	537	9%	6.943	-257	-4%	
Informação e Comunicação	22.964	11.173	11.791	106%	20.683	2.281	11%	
Saúde	396.688	392.134	4.554	1%	384.505	12.184	3%	
Transportes e Armazenagem	262.641	320.666	-58.026	-18%	260.998	1.643	1%	
<b>Total</b>	<b>749.139</b>	<b>802.727</b>	<b>-53.588</b>	<b>-7%</b>	<b>740.343</b>	<b>8.796</b>	<b>1%</b>	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 24 – Gastos com Pessoal por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

	T2 2017		Δ (2017E/2017P)		T2 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	7.840	8.545	-705	-8%	7.442	398	5%	
Agricultura e Pescas	6.975	7.225	-251	-3%	6.995	-20	-0%	
Atividades Administrativas	0	1	-0	-0%	0	0	4%	
Construção	2.997	3.097	-100	-3%	3.129	-132	-4%	
Cultura	13.225	16.284	-3.059	-19%	12.797	428	3%	
Empresas Financeiras	2.430	3.550	-1.120	-32%	2.513	-83	-3%	
Empresas Imobiliárias	2.106	2.170	-64	-3%	1.938	168	9%	
Gestoras de Património	21.780	14.537	7.243	50%	20.673	1.107	5%	
Indústrias Transformadoras	9.983	9.595	388	4%	9.853	130	1%	
Informação e Comunicação	42.738	23.743	18.996	80%	41.359	1.380	3%	
Saúde	1.288.595	1.322.272	-33.676	-3%	1.222.924	65.672	5%	
Transportes e Armazenagem	257.931	274.317	-16.387	-6%	252.266	5.665	2%	
<b>Total</b>	<b>1.656.602</b>	<b>1.685.336</b>	<b>-28.735</b>	<b>-2%</b>	<b>1.581.889</b>	<b>74.712</b>	<b>5%</b>	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 25** – Administração Pública: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	3	19.770	13.638	1.479	6.590	4.652	6.306	3	12.271	4.425	3.819	4.090	4.028	308
Endividamento	3	1.408.044	1.048.505	0	469.348	359.539	532.808	3	1.433.028	1.073.489	0	477.676	359.539	546.408
EBITDA	3	62.105	54.467	2.985	20.702	4.652	29.253	3	59.274	48.405	4.538	19.758	6.330	24.826
Volume de Negócios	3	67.688	51.844	1.674	22.563	14.169	26.117	3	67.673	48.442	5.924	22.558	13.307	22.718
Gastos Operacionais	3	31.527	14.386	7.892	10.509	9.249	3.425	3	30.291	13.501	8.065	10.097	8.726	2.966

Fonte: SIRIEF

**Tabela 26** – Agricultura e Pescas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	1.105	780	325	552	552	322	2	360	363	-3	180	180	259
Endividamento	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
EBITDA	2	3.381	2.105	1.276	1.690	1.690	586	2	2.648	1.727	921	1.324	1.324	570
Volume de Negócios	2	13.732	12.279	1.452	6.866	6.866	7.656	2	12.948	11.715	1.234	6.474	6.474	7.411
Gastos Operacionais	2	14.799	10.583	4.216	7.400	7.400	4.503	2	14.218	10.206	4.012	7.109	7.109	4.380

Fonte: SIRIEF

**Tabela 27** – Atividades Administrativas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	497	497	497	497	497	-	1	401	401	401	401	401	-
Endividamento	1	60.049	60.049	60.049	60.049	60.049	-	1	58.940	58.940	58.940	58.940	58.940	-
EBITDA	1	4.137	4.137	4.137	4.137	4.137	-	1	4.126	4.126	4.126	4.126	4.126	-
Volume de Negócios	1	3.817	3.817	3.817	3.817	3.817	-	1	3.817	3.817	3.817	3.817	3.817	-
Gastos Operacionais	1	16	16	16	16	16	-	1	13	13	13	13	13	-

Fonte: SIRIEF

**Tabela 28** – Construção: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	-2.027	0	-2.027	-2.027	-2.027	-	1	-9.480	0	-9.480	-9.480	-9.480	-
Endividamento	1	675.819	675.819	564.001	675.819	675.819	-	1	690.804	690.804	564.001	690.804	690.804	-
EBITDA	1	4.980	4.980	4.980	4.980	4.980	-	1	5.211	5.211	5.211	5.211	5.211	-
Volume de Negócios	1	10.740	10.740	10.740	10.740	10.740	-	1	10.395	10.395	10.395	10.395	10.395	-
Gastos Operacionais	1	8.683	8.683	8.683	8.683	8.683	-	1	17.585	17.585	17.585	17.585	17.585	-

Fonte: SIRIEF

**Tabela 29 – Cultura: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	5	5.596	5.392	-414	1.119	224	2.404	5	3.554	4.242	-1.083	711	160	2.057
Endividamento	5	936	936	0	187	0	419	5	936	936	0	187	0	419
EBITDA	5	6.073	5.404	-338	1.215	362	2.361	5	4.042	4.253	-998	808	277	2.017
Volume de Negócios	5	17.058	13.035	199	3.412	1.011	5.426	5	14.622	10.483	240	2.924	1.432	4.268
Gastos Operacionais	5	23.026	10.174	649	4.605	2.397	4.062	5	21.021	9.794	823	4.204	2.127	3.739

Fonte: SIRIEF

**Tabela 30 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	5	41.160	41.606	-793	8.232	134	18.661	5	75.536	74.992	-9	15.107	197	33.477
Endividamento	5	3.710.893	3.710.893	0	742.179	0	1.659.562	5	3.700.772	3.700.772	0	740.154	0	1.655.036
EBITDA	5	128.944	129.050	-496	25.789	135	57.725	5	171.130	170.327	-19	34.226	303	76.083
Volume de Negócios	5	4.004	2.595	0	801	268	1.055	5	4.264	2.727	0	853	384	1.096
Gastos Operacionais	5	3.817	1.726	11	763	621	745	5	4.436	2.028	11	887	579	916

Fonte: SIRIEF

**Tabela 31** – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	4	14.057	13.488	-221	3.514	395	6.671	4	15.590	16.033	-168	3.898	-137	8.090
Endividamento	4	240.782	235.524	0	60.195	2.629	116.912	4	246.285	241.125	0	61.571	2.580	119.727
EBITDA	4	21.816	20.900	-183	5.454	550	10.317	4	25.881	25.989	-111	6.470	1	13.013
Volume de Negócios	4	30.498	25.957	0	7.625	2.271	12.386	4	83.979	80.187	0	20.995	1.896	39.499
Gastos Operacionais	4	12.912	8.746	183	3.228	1.992	4.001	4	59.027	55.431	68	14.757	1.764	27.150

Fonte: SIRIEF

**Tabela 32** – Gestoras de Património: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	10	-22.335	55.656	-65.542	-2.234	-33	28.826	10	-54.085	36.959	-67.322	-5.408	0	26.228
Endividamento	10	5.408.360	4.424.759	0	540.836	0	1.380.090	10	5.378.012	4.379.249	0	537.801	7.269	1.364.980
EBITDA	10	-9.873	4.067	-14.582	-987	5	4.955	10	-14.566	1.814	-10.056	-1.457	3	3.817
Volume de Negócios	10	27.496	11.011	0	2.750	1.125	3.657	10	27.086	11.008	0	2.709	1.656	3.555
Gastos Operacionais	10	39.899	14.592	228	3.990	1.543	5.377	10	38.603	13.783	355	3.860	2.055	4.728

Fonte: SIRIEF

**Tabela 33** – Indústrias Transformadoras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	11.499	11.499	11.499	11.499	11.499	-	1	10.127	10.127	10.127	10.127	10.127	-
Endividamento	1	0	0	0	0	0	-	1	0	0	0	0	0	-
EBITDA	1	17.898	17.898	17.898	17.898	17.898	-	1	16.021	16.021	16.021	16.021	16.021	-
Volume de Negócios	1	44.633	44.633	44.633	44.633	44.633	-	1	46.776	46.776	46.776	46.776	46.776	-
Gastos Operacionais	1	28.117	28.117	28.117	28.117	28.117	-	1	30.823	30.823	30.823	30.823	30.823	-

Fonte: SIRIEF

**Tabela 34** – Informação e Comunicação: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	1.273	882	391	637	637	347	2	290	341	-50	145	145	276
Endividamento	2	123.341	123.300	41	61.670	61.670	87.158	2	112.693	112.544	148	56.346	56.346	79.476
EBITDA	2	6.514	5.775	739	3.257	3.257	3.561	2	5.367	4.711	657	2.684	2.684	2.867
Volume de Negócios	2	113.234	105.755	7.479	56.617	56.617	69.491	2	112.554	105.064	7.490	56.277	56.277	68.995
Gastos Operacionais	2	105.643	98.896	6.748	52.822	52.822	65.159	2	107.869	101.157	6.712	53.935	53.935	66.783

Fonte: SIRIEF

**Tabela 35 – Saúde: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	38	-271.144	547	-34.340	-7.135	-5.621	7.571	38	-206.295	1.371	-23.480	-5.429	-5.152	5.378
Endividamento	38	0	0	0	0	0	0	38	0	0	0	0	0	0
EBITDA	38	-207.728	1.689	-29.544	-5.467	-3.792	6.726	38	-140.076	2.962	-18.538	-3.686	-2.608	4.531
Volume de Negócios	38	2.242.176	203.716	10.651	59.005	42.728	48.366	38	2.170.786	202.053	10.039	57.126	39.504	47.832
Gastos Operacionais	38	2.517.724	223.095	10.959	66.256	45.302	55.554	38	2.388.269	212.825	11.282	62.849	43.609	52.477

Fonte: SIRIEF

**Tabela 36 – Transportes e Armazenagem: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	13	-33.660	47.822	-58.109	-2.589	938	24.054	13	-242.721	9.827	-123.905	-18.671	112	39.999
Endividamento	13	18.980.247	8.364.920	0	1.460.019	81.505	2.517.492	13	18.884.570	8.344.014	0	1.452.659	86.697	2.501.339
EBITDA	13	483.736	326.568	-2.404	37.210	7.931	88.200	13	304.267	307.232	-41.023	23.405	4.352	86.971
Volume de Negócios	13	958.810	564.001	0	73.755	24.415	151.569	13	933.981	563.190	0	71.845	21.658	151.434
Gastos Operacionais	13	665.064	309.804	294	51.159	12.910	85.761	13	655.573	308.157	311	50.429	12.947	85.377

Fonte: SIRIEF





**UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial**

Rua da Alfândega, 5 – R/C, 1100-016 Lisboa, Portugal

Tel.: +351 218 846 869 Fax: +351 218 846 735 Correio Eletrónico: [utam@utam.gov.pt](mailto:utam@utam.gov.pt)

[www.utam.gov.pt](http://www.utam.gov.pt)